



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 077

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE AGOSTO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 077**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão Ordinária	03
Expediente:	
Mensagens	03
Ofícios.....	09
Questão de Ordem	08
Requerimentos	08
Projetos de Lei	15
Pequeno Expediente:	
Dep.Cleiton Kielse.....	25
Dep. José Domingos Scarpellini	26
Dep. Barbosa Neto.....	27
Dep. Elza Correia.....	28
Dep. Waldir Leite.....	29
Grande Expediente:	
Dep. Valdir Rossoni	31
Horário das Lideranças:	
Liderança do PPS:	
Dep. Waldir Leite	29
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	35
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri	36
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente.....	39
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	40
1ª Discussão	41
Requerimentos	45
Encerramento da Sessão Ordinária.....	46

072ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE AGOSTO DE 2005**

*(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademair Traiano, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (43). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Reni Pereira, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Chico Noroeste, Elton Carlos Welter, Luciana Rafagnin, Luiz Fernandes da Silva Litro e Ratinho Júnior (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 031/2005

Curitiba, 27 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo por meio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, a proceder cessão de uso ao Município de Porto Barreiro, do imóvel rural com área de 2.337,50m2, localizado em Passo das Flores, Quinhão 68, do Bloco 13, da Fazenda Laranjeiras, naquele Município, conforme Matrícula nº 9.186, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul, onde funcionava a Escola Rural Municipal Eusébio de Queiroz, atualmente desativada.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que se destinará à implantação do Centro de Treinamento do Agricultor Familiar - CETRAF, de fundamental importância para a agricultura de subsistência do Município.

Convém destacar que no texto do diploma legal proposto consta dispositivo expresso de que o imóvel, objeto de tal cessão de uso, poderá ser retomado, caso se comprove o desvirtuamento da utilização certa e estabelecida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, autorizado a efetuar cessão de uso ao Município de Porto Barreiro, de parte ideal do imóvel, de propriedade do referido Instituto, com área de

2.337,50m2, localizado em Passo das Flores, Quinhão 68, do Bloco 13, da Fazenda Laranjeiras, naquele Município, conforme Matrícula nº 9.186, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º O imóvel em questão, deverá ser utilizado para a implantação do projeto "Centro de Treinamento do Agricultor Familiar - CETRAF", ficando a presente cessão revogada, a qualquer momento, em caso de que se comprove utilização diversa.

Art. 3º A presente cessão de uso terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes, permanecendo a cessionária com a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem cedido e pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos, assegurando-se, ainda, a preferência de utilização do Centro de Treinamento do Agricultor Familiar pela comunidade escolar.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 032/2005

Curitiba, 28 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão, ao Município de Jaguapitã, do imóvel constituído dos lotes nºs 16, 17 e 18 e parte do lote 19, todos da Quadra 68, da planta geral daquela cidade, com área total de 1.920,00m2, conforme Matrícula nº 5.389, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses públicos, tendo em vista que referido imóvel foi doado ao Estado, pelo Município, através da Lei nº 08/97, para a construção da sede do Destacamento Policial Militar. Ocorre que em manifestação mais recente da Diretoria de Apoio Logístico da Polícia Militar do Estado, dito Destacamento poderá ser edificado no mesmo terreno, também de propriedade do Estado, onde está instalada a Delegacia de Polícia, que, aliás, oferece melhores condições.

Por outro lado, o Município pretende o imóvel objeto da reversão, com vistas a oferecer condições para futura ampliação de órgão educacional e, também, para a construção de equipamentos da APAE local.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a reversão, ao Município de Jaguapitã, do imóvel com área total de 1.920,00m2, constituído dos lotes nº 16, com 560,00m2, lote 17, com 560,00m2, lote 18, com 560,00m2 e parte do lote 19, com 240,00m2, todos da Quadra 68, conforme Registro sob Matrícula nº 5389, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã, doado ao Estado do Paraná pela Lei Municipal nº 08, de 24 de abril de 1997.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 033/2005

Curitiba, 28 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder cessão de uso ao Município de Realeza, do imóvel com 968,00m2 de área, contendo edificação em alvenaria com 316,20m2, localizado na Praça da Justiça, entre as Ruas Sargento Ramiro da Silva, Travessa nº 06, Travessa nº 12 e a Avenida Bruno Zuttion, Colônia Missões, naquele Município, conforme Matrícula sob nº 3.022, do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que o bem em questão será destinado à instalação do Conselho Tutelar, do Banco Social, Balcão do Emprego, Casa da Cidadania e de outros órgãos de interesse da Administração Municipal.

Por oportuno, cabe frisar que no local funcionou o antigo Fórum da Comarca, hoje sediado em novas instalações, edificadas em terreno doado pelo Município ao Estado.

Vale ainda, destacar que, no texto da pretendida lei, consta disposição expressa de que o imóvel, objeto da cessão de uso, poderá ser retomado, caso se comprove o desvirtuamento da utilização prevista.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar Cessão de Uso, ao Município de Realeza, de imóvel com área de 968,00m2, localizado na Praça da Justiça, entre as Ruas Sargento Ramiro da Silva, Travessa nº 06, Travessa nº 12 e a Avenida Bruno Zuttion, Colônia Missões,

naquele Município, contendo edificação em alvenaria com 316,20 m2, conforme Matrícula sob nº 3.022, do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza.

Art. 2º O imóvel em questão deverá ser utilizado exclusivamente para funcionamento de serviços públicos municipal, ficando a presente cessão revogada, a qualquer momento, em caso de que se comprove utilização diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 034/2005

Curitiba, 08 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o artigo 66, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que trata da reestruturação da tabela de vencimentos e vantagens do pessoal docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná.

O plano de lei ora submetido à elevada apreciação dessa colenda Casa, consulta aos superiores interesses públicos, conforme amplamente explicitado na adiante transcrita exposição de motivos a mim apresentada pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência:

“A proposta foi objeto de ampla discussão entre as equipes das Secretarias de Estado da Administração e de Ensino Superior, Srs. Reitores de Universidades, representante de Diretores das Faculdades, acompanhada, ainda, por integrantes do Tribunal de Contas e Procuradores de Justiça.

A revisão da tabela alcança 5208 docentes ativos e 1648 inativos, beneficiando, igualmente, 948 colaboradores. São dezesseis entidades alcançadas, cinco universidades e onze faculdades.

Os reajustes tiveram a seguinte metodologia:

1. extensão de internível de 3% para todas as classes (antes eram de várias magnitudes e inferiores a 3%); e
2. alteração do percentual das interclasses, com a seguinte configuração:

CLASSES		DE	PARA
De Auxiliar	Para Assistente	20%	25%
De Assistente	Para Adjunto	6,50%	15%
De Adjunto	Para Associado	7%	15%
De Associado	Para Titular	20%	10%

Os índices de ganhos são diferenciados em razão das diferentes classes em que se encontram os docentes, conforme adiante demonstrado:

CLASSE	ÍNDICE
Auxiliar	10,14%
Assistente	14,29%
Adjunto	23,42%
Associado	32,64%
Titular	21,59%
Média de Ganhos	18,68%

A estimativa do impacto da adequação salarial em folha de pagamento é de R\$ 3,9 milhões/mês.

O texto final teve como premissas gerais, a correção das disparidades e desigualdades de tratamento remuneratório encontradas na execução das folhas de pagamento das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, seja no que se refere aos critérios para utilização de base de cálculo do vencimento relativo ao Regime de Dedicação à Pesquisa - RDP, tratado anteriormente de forma semelhante do TIDE (Tempo Integral e Dedicação Exclusiva) inerente aos demais cargos estatutários, seja no pagamento diversificado entre as Instituições de outras gratificações previstas em legislação esparsa e não expressamente contempladas na Lei nº 11.713/97.

A medida, em conjunto com outras providências administrativas e de gestão que estão sendo encaminhadas, a exemplo da formalização dos provimentos dos mesmos cargos de docentes e pessoal administrativo das IEES vem solucionar uma pendência histórica que confere segurança às relações estatutárias que se estabelecem entre os servidores e professores das Universidades e Faculdades e a Administração Pública.

Assim a nova lei opera:

1. a reestruturação e consolidação de tabela - alteração de interníveis e interclasses;
2. a transformação do TIDE em Regime da Dedicação à Pesquisa - RDP (artigo 17 da Lei 11713/97), com previsão de mínimo de horas dedicadas à docência, e somente para tempo integral (t40), conforme prevêm os incisos I a V do parágrafo 2º do artigo 3º da Lei nº 11713/97;
3. a possibilidade de aumento de carga horária dos regimes parciais;
4. a padronização de estrutura remuneratória, inclusive gratificações vigentes em legislação esparsa, com enumeração expressa das possibilidades de acumulação; busca-se evitar o pagamento de qualquer vantagem remuneratória sem que haja prévia estipulação por lei em sentido material e formal (submissão ao processo legislativo);
5. a concessão de Adicional de Titulação sobre a referência salarial em que se encontra o servidor, de acordo com o respectivo título;

6. a inclusão de regras claras para a concessão do Regime de Dedicação à Pesquisa - RDP na carreira docente;

7. a padronização da forma de pagamento do plantão e do sobreaviso.

Por fim, o anteprojeto de lei contempla dispositivo final, para que os efeitos financeiros somente vigorem com impacto em folha de pagamento do Estado, observados os índices e percentuais dispostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que é norma de observância obrigatória por parte dos gestores públicos em face do ordenamento constitucional e legal em vigor.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O parágrafo 3º do artigo 3º da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º O ingresso na carreira docente do Magistério do Ensino Superior se dará no cargo previsto na lei, integrando o servidor um dos regimes de trabalho: parcial, tempo integral 40h (quarenta horas) semanais ou Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE.

I - O edital de concurso discriminará o regime de trabalho parcial ou integral para ingresso que será integrado pelo docente, ficando vedado o ingresso no Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE.

II - O regime de trabalho do docente poderá ser alterado, atendidas as demandas da instituição de ensino superior para as atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão, observados os requisitos estabelecidos para cada regime e a disponibilidade orçamentária e financeira de pessoal da instituição, obedecida a legislação vigente.

III - Entende-se o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, como dedicação exclusiva às atividades de Pesquisa e Extensão.

IV - O Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE somente será aplicado ao Professor de Ensino Superior com regime de trabalho integral de 40 (quarenta) horas semanais, ficando vedada sua aplicação e regime de trabalho parcial.

V - Para o ingresso e permanência no regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE, os docentes deverão, obrigatoriamente, estar em consecução de projetos de pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, além de atender o disposto na lei e nas normas da instituição de ensino superior, ficando excepcionado o previsto na alínea “d”, do inciso VII deste parágrafo.

VI - É vedado ao docente em regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE, entre outras condições passíveis de regulamentação:

- a) exercer outra atividade remunerada regular ou manter vínculo empregatício no setor público ou privado;
- b) atuar como profissional autônomo ou participar, com remuneração, de conselhos de entidades privadas;
- c) desempenhar funções que impliquem em responsabilidade técnica ou administrativa em empresa ou instituição da qual seja sócio cotista ou acionário.

VII - Ao Docente em regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE é permitido:

- a) a percepção de direitos autorais ou correlatos, sem vínculo de emprego;
- b) a participação em órgão de deliberação coletiva e em comissões julgadoras ou verificadoras, desde que relacionada com as atividades acadêmicas;
- c) a representação em órgãos colegiados e comissões de outras instituições ou órgãos públicos;
- d) manter o regime TIDE no exercício de função ou cargo de provimento em comissão inerente à administração da instituição, com redução da carga horária destinada às atividades de pesquisa ou extensão;
- e) prestar contribuição, remunerada ou não, por atividades na sua área de especialidade, de forma esporádica ou não habitual, desde que autorizada pela unidade de lotação;
- f) o desempenho da prestação de serviços de plantão de até 8 (oito) plantões mensais, cada qual de 6 (seis) até 12 (doze) horas consecutivas, em horário diferenciado da carga horária do seu regime de trabalho;
- g) a prestação de serviços na forma da Lei Estadual nº 11.500, de 08 de agosto de 1996."

Art. 2º O parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º O vencimento básico da carreira do Magistério do Ensino Superior do Paraná será conforme a carga horária semanal do regime de trabalho integrado pelo docente, na forma do Anexo I da presente lei, obedecendo:

I - o percentual internível nas classes será de 3% (três por cento), em caráter linear;

II - os percentuais interclasses serão de 25% (vinte e cinco por cento), do cargo de Professor Auxiliar para o de Professor Assistente. 15% (quinze por cento), do cargo de Professor Adjunto para o de Professor Associado; e de 10% (dez por cento), do cargo de Professor Associado para o de Professor Titular;

III - a estrutura remuneratória do cargo de Professor de Ensino Superior compor-se-á do vencimento básico, Adicional de Titulação - ATT e Adicional por Tempo de Serviço - ATS;

IV - a remuneração do cargo de Professor de Ensino Superior será calculada sobre o vencimento básico de seu regime de trabalho;

V - as gratificações por exercício em local ou outras dissociadas da atividade de docência incidirão sobre o vencimento básico do regime de trabalho, sendo vedada a concessão de quaisquer outras gratificações ou vantagens não previstas nesta lei."

Art. 3º O artigo 16 e seus incisos, da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16 Em função da titulação que possuírem, os docentes perceberão mensalmente, parcela remuneratória denominada. Adicional de Titulação - ATT, nas seguintes condições e não cumulativas:

I - 15% sobre o vencimento básico do seu regime de trabalho, para detentores de títulos de Especialista;

II - 45% sobre o vencimento básico do seu regime de trabalho, para detentores de títulos de Mestre; e

III - 75% sobre o vencimento básico do seu regime de trabalho, para detentores de títulos de Doutor ou livre-docente."

Art. 4º O artigo 17 da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. O vencimento básico do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE será 55% (cinquenta e cinco por cento) superior ao vencimento básico do regime integral 40h."

Art. 5º As IES, em conjunto com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, estabelecerão normas gerais visando a padronização da aplicação do Regime TIDE.

Art. 6º Eventual diferença de remuneração na aplicação das regras contidas nesta lei deverão ser pagas em código à parte, com a denominação DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO, que será extinta quando da próxima alteração do vencimento básico.

Art. 7º O artigo 6º da Lei Estadual nº 12.457, de 18 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Plantão ao Docente - GPD, a ser paga ao Professor de Ensino Superior das IES que realizar plantões nas especialidades de Bioquímico, Cirurgião Dentista, Médico e Médico Veterinário.

§ 1º A remuneração do plantão será paga pelas horas efetivamente trabalhadas.

§ 2º O valor da hora a ser pago pela prestação do serviço será a razão entre o vencimento básico da Classe de Professor Adjunto A por 40 (quarenta) horas.

§ 3º O plantão terá duração de 6 (seis) até 12 (doze) horas consecutivas em horário diferenciado da carga horária do regime de trabalho do docente, sem prejuízo das atividades docentes.

§ 4º Fica limitado a 12 (doze) o número de plantões mensais.

§ 5º Fica vedado qualquer cálculo adicional sobre o valor do plantão.

Art. 8º O artigo 7º da Lei Estadual nº 12.457, de 18 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Fica instituída a Gratificação de Plantão de Sobreaviso - GPS ao docente que estiver, além da jornada diária normal, fora da instituição e disponível ao pronto atendimento das necessidades essenciais de serviço, mediante escala para este fim.

§ 1º Esta gratificação será devida pelo período de tempo em que o docente permanecer, fora do local de trabalho, aguardando o chamado para o serviço.

§ 2º O docente que estiver escalado deverá atender prontamente ao chamado da instituição e, durante o período de espera, não deverá praticar atividades que o impeçam de comparecer ao serviço.

§ 3º O valor da hora corresponde a 1/3 (um terço) do valor da hora de que trata o parágrafo 2º do artigo anterior.

§ 4º O servidor que estiver de sobreaviso nesta condição, quando chamado, será remunerado pelas regras do artigo 6º desta lei, cessando o pagamento previsto no parágrafo anterior.

§ 5º Fica vedado qualquer cálculo adicional sobre o valor desta gratificação.”

Art. 9º Fica revogado o parágrafo 5º do artigo 3º da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997 e disposições em contrário.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros de acordo com as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

ANEXO I VENCIMENTO DA CARREIRA DOCENTE - IEES

CARGO	Regime T-40	Regime TIDE	Regime T-34(1)	Regime T-28(2)	Regime T-24	Regime T-20	Regime T-12	Regime T-10	Regime T-09
PA1 PROF. AUXILIAR A	960,00	1.488,00	816,00	672,00	576,00	480,00	288,00	240,00	216,00
PA2 PROF. AUXILIAR B	988,80	1.532,64	840,48	692,16	593,28	494,40	296,64	247,20	222,48
PA3 PROF. AUXILIAR C	1.018,46	1.578,62	865,69	712,92	611,08	509,23	305,54	254,62	229,15
PA4 PROF. AUXILIAR D	1.049,02	1.625,98	891,67	734,31	629,41	524,51	314,71	262,25	236,03
PS1 PROF. ASSISTENTE A	1.311,27	2.032,47	1.114,58	917,89	786,76	655,64	393,38	327,82	295,04
PS2 PROF. ASSISTENTE B	1.350,61	2.093,45	1.148,02	945,43	810,37	675,31	405,18	337,65	303,89
PS3 PROF. ASSISTENTE C	1.391,13	2.156,25	1.182,46	973,79	834,68	695,56	417,34	347,78	313,00
PS4 PROF. ASSISTENTE D	1.432,86	2.220,94	1.217,93	1.003,00	859,72	716,43	429,86	358,22	322,39
PD1 PROF. ADJUNTO A	1.647,79	2.554,08	1.400,62	1.153,45	988,68	823,90	494,34	411,95	370,75
PD2 PROF. ADJUNTO B	1.697,23	2.630,70	1.442,64	1.188,06	1.018,34	848,61	509,17	424,31	381,88
PD3 PROF. ADJUNTO C	1.748,14	2.709,62	1.485,92	1.223,70	1.048,89	874,07	524,44	437,04	393,33
PD4 PROF. ADJUNTO D	1.800,59	2.790,91	1.530,50	1.260,41	1.080,35	900,29	540,18	450,15	405,13
PA1 PROF. ASSOCIADO A	2.070,68	3.209,55	1.760,07	1.449,47	1.242,41	1.035,34	621,20	517,67	465,90
PA2 PROF. ASSOCIADO B	2.132,80	3.305,83	1.812,88	1.492,96	1.279,68	1.066,40	639,84	533,20	479,88
PA3 PROF. ASSOCIADO C	2.196,78	3.405,01	1.867,26	1.537,75	1.318,07	1.098,39	659,03	549,19	494,28
PT PROF. TITULAR	2.416,46	3.745,51	2.053,99	1.691,52	1.449,87	1.208,23	724,94	604,11	543,70

(1) REGIME DE TRABALHO APLICADO SOMENTE PELA UEL
(2) REGIME DE TRABALHO APLICADO SOMENTE PELA UEPG

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 03 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente solicitar de V. Exa. que conforme dispõe o artigo 232 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Ofício nº 001114/2005 do Ministro Barros Monteiro do Superior Tribunal de Justiça - STJ, a fim de que seja instruído o processo para autorização de instauração de processo criminal contra o Governador do Paraná, Sr. Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Airton Pisseti, considerando o disposto no artigo 89 da Constituição do Estado do Paraná.

Sem mais para o momento, renovo meus elevados protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

OFÍCIO S/Nº

Brasília, 20 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Em aditamento ao Ofício 297/2005-CER-PRES, informo a V. Exa. que a realização do Seminário Acessibilidade em Debate, iniciativa do Senado Federal que faz parte da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, foi transferida para a segunda quinzena de outubro, em data e hora que serão comunicadas oportunamente.

Respeitosamente,

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) MÔNICA DE ARAÚJO FREITAS

Chefe do Cerimonial

Presidência do Senado Federal

Questão de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM Nº 2236

Senhor Presidente:

O Deputado que a presente subscreve, com fundamento no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa, submete a V. Exa. Questão de Ordem relativa ao não cumprimento do prazo constitucional previsto para o encaminhamento das informações solicitadas através de requerimento aprovado nesta Casa, em 27 de abril de 2005, e reiterado em 13 de junho último, dirigido ao Secretário de Estado da Comunicação Social, conforme cópias em anexo.

Levanta-se a presente Questão de Ordem em face da previsão de incursão no crime de responsabilidade por descumprimento do disposto nos artigos 55 e 90, inciso V, combinados com os artigos 54, XI e parágrafo único e 92 da Constituição Estadual e, ainda, o artigo 134, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Casa, para indagar quanto ao procedimento a ser adotado por este Parla-

mento para efeito de responsabilização da autoridade infratora e, solicitar providências nesse sentido.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Líder da Oposição

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2193

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 195/2005, item 10 (dez) da pauta, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2217

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 195/2005, item 10 (dez) da pauta, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2194

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 10 de agosto próximo, para que o Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Renato Adur, realize pronunciamento sobre a II Conferência Estadual das Cidades.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2234

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 16 de agosto do corrente ano, para ser utilizado por representante da Associação Comercial e Lideranças empresariais de Cascavel.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães.

REQUERIMENTO Nº 2213

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja marcado o horário das 14h30 do dia 22 de agosto do corrente ano, para a realização da Audi-

ência Pública, já aprovada pelo Plenário da Casa, que objetiva discutir a possível sustação do convênio celebrado entre a União e o Estado do Paraná, para a exploração dos portos de Paranaguá e Antonina.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2198

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para a mudança do dia dos cultos evangélicos que são realizados no auditório Deputado Leovegildo Salles nas sextas-feiras às 12h00, para as quintas-feiras, às 11h00, a partir do dia 01 de agosto de 2005.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2187

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Júlio Stephens, no último dia 13 de julho do corrente ano.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu aos 84 anos de idade, o Sr. Júlio Stephens, ocorrido no último dia 13 de julho do corrente ano. Deixou três filhos e quatro netos.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante não respeita nem fracos nem fortes. Por isso, caiu o prezado e fiel amigo Júlio Stephens. Leva consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever aqui na Terra. Com um sorriso nos lábios nunca se acovardou ante o perigo da vida, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever.

Amigo e companheiro de todos, leva consigo a lembrança dos amigos que aqui ficaram, porém fiéis à sua memória e anos seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola a seguir.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhes devemos.

Sua família, a família e os amigos que o adoravam, despediram-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberão honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que encontrem, na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Stephens, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2188

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Libânia Berwanger Silvestre, no último dia 07 de julho do corrente ano.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 72 anos de idade perdemos a Sra. Libânia Berwanger Silvestre, ex-Vereadora por dois mandatos: 1982 a 1992 no Município de Mariópolis.

A Sra. Libânia, sempre esteve atuante na vida pública de Mariópolis, atualmente pertencia ao Diretório Municipal do PMDB. Querida por todos, deixa saudades na população daquela cidade.

Deixou viúvo o Sr. Nelces Alberto Silvestre, os filhos Carlos Alberto Silvestre, Karin Cristiane Silvestre e Eduardo Jucelino Silvestre, e os netos Carlos, Nilton, Ramon, Kaiana, Annye e Maria.

A Sra. Libânia abre um enorme vazio no íntimo da família, bem como no inumerável círculo de amigos dentre eles este Deputado.

Mãe e avó dedicada e carinhosa, e o destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de suas amizades. Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza que aqui viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e ao trabalho.

Permaneceremos, porém, fiéis à sua memória, e os seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência e sua garra nunca desmedidas são tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Aceite a saudade dos seus entes queridos e de seus amigos que com dor no coração dizem pode repousar tranquila, que tudo farão para que sua obra na sociedade permaneça para atestar aos vindouros as suas excelsas qualidades de mulher de ação e dedicação.

REQUERIMENTO Nº 2189

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Casemiro Gustmam Arruda, ocorrido dia 22 de junho/2005.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 62 anos de idade faleceu o Sr. Casseiro Gustmam Arruda, ocorrido dia 22 de junho/2005, que deixou viúva a Sra. Lurdes Ávila Arruda. Deixou, ainda, 3 filhos, 3 netos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Casseiro Gustmam Arruda, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Arruda, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2190

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Adair Nunes Rocha, no último dia 30/07/2005.

Requer outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu aos 64 anos de idade, o Sr. Adair Nunes Rocha, ocorrido no último dia 30 de julho do corrente ano. O Sr. Adair deixou viúva a Sra. Amabeli Masieiro. Deixou ainda, 02 filhos e 03 netos.

Foi Vereador no período de 1984 a 1988 no Município de Bituruna.

Tombou mais um lutador. A morte no seu perambular incessante não respeita nem fracos nem fortes. Por isso caiu o prezado e fiel amigo Adair Nunes Rocha. Leve consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever aqui na Terra.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever, nunca duvidou da justiça achando que o bem sempre supera o mal.

Permanecemos porém, fiéis à sua memória, e os seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa pois, valente lutador.

Aceite a saudade dos seus entes queridos e dos seus amigos que com lágrimas nos olhos afirmam que pode repousar tranquilo, que tudo farão para que sua obra na sociedade permaneça para atestar aos vindouros as suas excelsas qualidades de homem de ação e de coração.

REQUERIMENTO Nº 2199

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente REQUERER, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Meister, Diretor da Transportadora Guairacá S/A.

Justifico minha ausência por motivos de viagem na data do falecimento.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2205

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de votos de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito do Município de Iguatu, Sr. Anacleto Pantano, e que seja encaminhada cópia deste expediente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Primeiro Prefeito de Iguatu, exercendo o cargo entre os anos de 1992 a 1996, Anacleto Pantano faleceu no dia 04 de agosto do corrente, com 71 anos de idade. Também foi Vereador de Corbélia, época em que representava o então Distrito de Iguatu. Trabalhando com honradez e competência, fato que acabou por levá-lo na primeira eleição à Chefia do Poder Executivo de Iguatu, teve por missão organizar a nova administração municipal. O principal marco de sua gestão foi a aquisição de máquinas e equipamentos para a pavimentação da estrada entre Iguatu e Braganey, oferecendo assim condições para o desenvolvimento do Município e região.

Iguatu perde um dos mais respeitados membros daquela sociedade, que muito contribuiu através do seu trabalho, seja na atividade pública ou privada para o desenvolvimento econômico e social da comunidade iguatense e também de Corbélia, motivo que nos leva a registrar o seu passamento nos Anais desta Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 2222

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anacleto Pantano, ocorrido no dia 04 de agosto de 2005, na cidade de Iguatu.

Requer ainda, seja oficiado à família enlutada, na pessoa da esposa: Francisca Pantano, Rua XV de Novembro, 570, CEP: 85.423-00 - Iguatu-PR.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente um fulminante infarto ceifa a vida de Anacleto Pantano, aos 71 anos. Primeiro Prefeito do ainda jovem Município de Iguatu e Vereador pelo Município de Corbélia quando Iguatu ainda era Distrito.

Um poioneiro que se vai e Iguatu fica de luto, com a população do município e região chorando a sua morte.

Um homem de valor que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida, pessoa destacada, respeitada e admirada em toda região Oeste do Paraná, não somente pela sua capacidade empresarial e política, mas principalmente pelo caráter, o modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo. Teve participação ativa e importante na transformação, crescimento e desenvolvimento do Município de Iguatu, Corbélia e região Oeste.

A Assembléia Legislativa do Paraná se associa ao luto e à dor da família enlutada, lamentando o ocorrido e transmitindo as condolências para esposa, filhos, parentes e ao grande círculo de amigos e população de Iguatu.

REQUERIMENTO Nº 2229-A

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nilo Jesus Brasil de Almeida, aos 66 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2232

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Juvenal Antonio Bozza, aos 67 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em

todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2207

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações à Guarda-Mirim de Londrina, pelos seus 40 anos.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de expediente à Presidente da Guarda-Mirim de Londrina - Luiza Leonor Cavazotti Silva, no endereço: Rua Orestes Medeiros Pullin, 94 - Conjunto do Café - Londrina-PR; CEP: 86.038-010.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

40 Anos da Guarda-Mirim de Londrina

A Guarda-Mirim de Londrina foi criada em 13 de julho de 1965. A instituição atende adolescentes do sexo masculino entre 12 e 18 anos (incompletos) em programas de apoio sócio-educativos, iniciação profissional e projetos de orientação sócio-familiar.

São jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social vindos de todas as regiões da cidade e encaminhados por diversos órgãos, projetos e instituições de Londrina ligados aos adolescentes.

Os adolescentes de faixa etária entre 13 e 14 anos participam de programas de apoio sócio-educativos, oficinas pedagógicas e reforço escolar. Já aos jovens entre 14 e 18 anos é ofertado o programa de educação profissional, que possibilite a inserção no mercado de trabalho com a característica de trabalho aprendiz.

Os educadores da Guarda-Mirim atendem 320 jovens em situação de risco. Estão dando um exemplo de trabalho pedagógico. Com apenas 15 professores, a instituição já obteve resultados sensíveis no desenvolvimento dos alunos e foi elogiada no 1º Congresso de Educação para Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Pessoal e Social, realizado em Londrina na semana passada.

Em reconhecimento ao grande trabalho que vem sendo feito em benefício à população, enviamos votos de congratulações à Guarda-Mirim de Londrina.

REQUERIMENTO Nº 2218

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa de votos de congratulações, ao Grupo Sansey Cultural e Beneficente de Londrina que foi o grande vencedor do Grand Prix, título máximo do 3º Festival Yosakoy Soran, consi-

derado o maior festival de dança contemporânea japonesa fora do Japão.

O Festival foi realizado no último domingo - 31 de julho - reunindo mais de 1.000 dançarinos no teatro Via Funchal, em São Paulo.

Através da Diretora, Mity Shiroma, do Grupo Sansey Cultural e Beneficente de Londrina, cumprimos todos os seus integrantes que somam mais de 75 cantores amadores, dentro das mais variadas faixas de idade.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2220

Senhor Presidente:

Os Deputados que compõem a Bancada do Partido Progressista - PP, que o presente subscrevem, usando das suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, pelo presente, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa de votos de congratulações, ao jornal O Estado do Paraná, pela comemoração no último dia 17 de julho, dos seus 54 anos de fundação.

O jornal O Estado do Paraná, foi fundado por Aristides Merhy e Fernando Afonso Alves de Camargo.

Hoje, o jornal é dirigido pelo Grupo Paulo Pimentel que imprime a ele uma linha segura de informação, tendo adquirido um alto índice de credibilidade pela isenção que sua equipe de editores, jornalistas, fotógrafos e repórteres se conduzem na área da comunicação.

Cumprimos toda a equipe do jornal O Estado do Paraná, por mais um ano de exercício do direito à informação com seriedade e sobriedade.

Nestes termos, pedem deferimento.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(aa) CIDA BORGHETTI, DUÍLIO GENARI, CESAR SELEME e GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2239

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, pela implantação de pavimentação asfáltica na rodovia que liga o Município de Três Passos ao Rio Turvo, reivindicação antiga dos moradores da região.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2186

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Atalaia,

pela passagem de seus 45 anos de emancipação política realizada no último dia 28 de julho de 2005.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Antonio Carlos Gilio, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Nilson Aparecido Martins, a todos os Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Atalaia.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, homenageia com este voto, a laboriosa população de Atalaia, pelo transcurso de mais de um aniversário de sua emancipação política realizada no último dia 28 de julho.

A cidade de Atalaia é fruto de projeto vitorioso do desenhista Geraldo Brook, que pertencia ao quadro de funcionários da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa que idealizou, projetou e viabilizou inúmeros municípios na vasta região compreendida entre os rios Paranapanema, Ivaí e a fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul.

A história registra que o primeiro movimento, com ideais de colonização do lugar deu-se em janeiro de 1950. As primeiras famílias a estabelecerem-se na localidade foram as de José Amaro, José Joaquim Rodrigues, Manoel Augusto da Silva, Vicente Marques de Farias, Joaquim Alves de Rezende, Manoel Rodrigues Pereira, Luiz Cicotti e José Garcia Filho.

No início do povoamento, Atalaia aparecia com território pertencente ao Município de Mandaguari, que abrangia extensa área e, em 1951, com a criação do Município de Nova Esperança, passa à sua jurisdição.

Em 14 de dezembro de 1953, pela Lei Estadual nº 1.524, o núcleo Atalaia foi elevado à condição de Distrito Administrativo no município de Nova Esperança.

Pela Lei nº 4.245, de julho de 1960, foi criado o Município de Atalaia com território desmembrado de Nova Esperança. A instalação oficial deu-se no dia 15 de novembro de 1961.

REQUERIMENTO Nº 2223

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro de congratulações e aplausos para Débora Laís Fenner, pela conquista do título de Mini Miss Nações 2005, em concurso realizado domingo (07.08.2005), no Hotel Four Points Sheraton de Curitiba.

Requer também o registro de aplausos, congratulações e parabéns à Professora Ana Jaqueline Gehlen, da Escola de Modelos e Manequins - Mirele Fashion de Toledo, pela dedicação e excelente trabalho realizado como orientadora da pequena Débora.

Que seja oficiado às pessoas homenageadas a decisão desta Casa, no endereço abaixo citado:

Delci Fenner - Mãe de Débora Laís, Rua Barão do Rio Branco, 4944 - Loteamento Weber - 85.905-040 - Toledo/PR.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2204

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações e louvor ao Dr. Alexandre Calixtro da Silva, pelo profícuo trabalho desenvolvido na administração da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, e que seja enviado cópia deste expediente, para conhecimento, ao Exmo. Sr. Aldo José Parzianello, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Estudos e dados estatísticos demonstram que o índice de reincidência criminal em nosso País é elevadíssimo, e através das atividades desenvolvidas na Unidade da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, foi possível inverter essa situação mediante atitude política eficaz. Em conjunto com a atual Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, e do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, o índice de reincidência na Penitenciária Estadual foi apenas de 4% (quatro por cento) medidos precisamente nos 404 (quatrocentos e quatro) internos que deixaram a unidade, amparados por medidas jurídicas.

A Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu tem grande preocupação com a agilização do processo de reintegração social de todos os presos, e com a realização dos projetos a seguir especificados, contribuirão para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, e que a mesma não seja feita de forma isolada, mas com a participação da sociedade e familiares, trabalhando juntos por uma mesma causa.

Os projetos desenvolvidos junto aos presos, são administrados pelo Sr. Alexandre Calixtro da Silva, formulados e coordenados pelos setores técnicos, muitos deles acontecendo em caráter multidisciplinar, onde todos os setores colaboram, e algumas pessoas são convidadas a participar segundo o tema dos encontros. Os projetos já desenvolvidos, merecedor de destaque são: “Foz Bolas”, “Natal das Águas”, “Orientação às famílias dos presos da PEF”, “Cursos Profissionalizantes”, “Alcoólicos Anônimos”, “Narcóticos Anônimos”, “Grupo de Prevenção DST’s/AIDS”, “Grupo Pró-Saúde”, “Correa Têxteis”, “Natal Solidário”, “Utilização de mão-de-obra dos detentos e prevenção comunitária”, “Qualidade de Vida e Maturidade”, Jardim da Cidadania”, “PAFE-Projeto de Apoio aos Familiares dos Futuros Egressos”, “Assistência Religiosa”, “Alfabetização - Ensinos Fundamental e Médio”, “Grupo Psicoterapêutico”, “Rindo à Toa (Próteses Dentárias)”, “Campeonatos de Dominó,

Futebol e Xadrez”, dentre outros projetos, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação desta propositura, demonstrando assim o reconhecimento do profícuo trabalho daquela administração em prol dos internos.

REQUERIMENTO Nº 2197

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor e congratulações ao Diretor-Presidente da Rede Paranaense de Comunicação, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, e equipe pelo novo projeto gráfico de diagramação cuja formatação coloca a Gazeta do Povo mais uma vez na vanguarda da imprensa paranaense.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Gazeta do Povo, o jornal com maior circulação no Estado do Paraná, vem se destacando como um período inovador na aplicação de tecnologia de ponta e a cada dia se aprimorando no seu conteúdo e na sua forma de apresentação. É o que destacamos, com orgulho, em ver mais uma vez a Gazeta do Povo na vanguarda da imprensa paranaense, apresentando uma diagramação de visualização criativa e moderna. Afinal são mais de 86 anos de circulação e de experiência no mercado, tendo conquistado importantes prêmios de âmbito nacional.

REQUERIMENTO Nº 2230

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Albino Gobor e Salete Maria Pancera Gobor, que completou, 25 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Prata”.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia a dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu patrimônio, Deus, em Seu Infinito Amor, os cuba de bênção, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2230

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos ao casal Leones do Amaral e Iolanda Ravanello do Amaral, que completou, 50 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia a dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecimento.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu patrimônio, Deus, em Seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2221

Senhor Presidente:

Os Deputados da Bancada do Partido Progressista - PP, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações aos jornalistas Sandro Dalpícolo, Jean Ribeiro e Jorge Narozniak, pela realização da reportagem “Mata Atlântica do Litoral Paranaense”, exibida pelo Globo Repórter, reportagem esta que foi contemplada com o Prêmio Biodiversidade da Mata Atlântica. Os jornalistas acima citados receberam a honraria na quarta-feira, dia 20/07/2005, em São Paulo.

Dentre os jornalistas premiados está Jorge Narozniak, servidor deste Poder Legislativo, que presta serviços à Coordenadoria de Comunicação desta Casa.

Neste termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(aa) CIDA BORGHETTI, DUÍLIO GENARI, CESAR SELEME e GERALDO CARTÁRIO.

REQUERIMENTO Nº 2228

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Rui Rosário.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2237

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor a aplausos ao Sr. Carlos Laertes Syssocki, pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes e amigos.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2195

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, Sr. Aldair Tarcisio Rizzi, solicitando informações do porquê da retirada do pré-requisito experiência nos cargos disponíveis no concurso público para o TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2196

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário de Estado da Saúde, encaminhando requerimento aprovado na Câmara Municipal de Pinhais, de autoria do ilustre Vereador Joãozinho Ribeiro, solicitando com a máxima urgência a liberação de uma ambulância para minimizar os problemas na área da saúde do Município de Pinhais.

Requer ainda que seja dada ciência ao Vereador José Rodrigues Dias, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador Joãozinho Ribeiro, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Camilo di Lellis, 393 - CEP 83323-000 - Pinhais/PR.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2208

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando recursos para a ampliação do Posto de Identificação do Paraná da Zona Norte, na cidade de Londrina.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de expediente ao Vereador Roberto Fú, no endereço: Câmara Municipal de Londrina - Rua Governador Parigot de Souza, 145 - CEP 86015-903 - Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Reiterando a solicitação do Vereador Roberto Fú da Câmara Municipal de Londrina, solicitamos a análise de V. Exa. quanto à viabilidade do atendimento.

Considerando que este Posto de Identificação está localizado ao lado do 5º Distrito Policial, na Zona Norte de Londrina, região com mais de 180 mil habitantes e encontra-se em precárias condições.

REQUERIMENTO Nº 2229

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, encaminhando cópia do Ofício 1319/2005, emitido pela Câmara Municipal de Londrina, solicitando providências no sentido de solucionar o problema em anexo.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2235

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes e ao Superintendente dos Portos de Antonina e Paranaguá, informar, com relação ao processo licitatório do novo sistema de segurança do Porto de Paranaguá, o que segue:

1) Quais empresas participaram da licitação para instalação do sistema de segurança ISPS-CODE no Porto de Paranaguá?

2) Quais os valores das propostas apresentadas?

3) Houve cancelamento do edital? Quando? Quais os motivos?

4) Alguma empresa apresentou recurso? Qual e por que motivo?

5) Qual foi a empresa contratada? Enviar cópia do contrato, valor e cronograma da obra.

6) Por que a demora na contratação da empresa, mesmo com a aprovação dos investimentos pelo Conse-

lho da Autoridade Portuária (CAP) há mais de um ano, em 14 de maio de 2004, e caixa suficiente para implantá-lo?

7) A APPA propôs ao CAP projeto no valor de R\$ 4.633.000,00? Como chegou a este montante?

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 450/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Goioerê o imóvel cuja área de terras é de 369 (trezentos e sessenta e nove) metros quadrados, destacada do lote nº 18 da quadra nº 66 da planta da cidade de Goioerê, cuja Transcrição de nº 37 encontra-se no Livro 3-L do Registro de Imóveis de Campo Mourão, nº 23.995, bem como todas as benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado pela Prefeitura Municipal de Goioerê, especificamente para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública.

Parágrafo Único. O Município ficará responsável pela guarda, proteção e restauração do imóvel.

Art. 3º As despesas com escritura e registro de imóveis correrão por conta do donatário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a autorização legislativa para que o Executivo proceda a doação de imóvel ao Município de Goioerê.

O referido imóvel fora doado pelo Município ao Estado em 21 de novembro de 1963, sendo que o Estado dar-lhe-ia como fim a construção da residência oficial do Promotor Público daquela Comarca, sendo que se não fosse dado este fim aplicar-se-ia cláusula resolutiva, retornando ao Município.

Ocorre que, passados 42 anos, o Estado não deu qualquer utilidade ao imóvel, estando o mesmo abandonado. Por outro lado, em virtude de prescrição, o Município não poderia reivindicar a sua propriedade.

O Município de Goioerê tem dentre seus deveres a eficiente prestação de serviços públicos à comunidade local e regional. Contudo, possui em seu território o imóvel objeto da presente completamente ocioso, maculando a própria imagem do Município.

Não bastasse, há interesse de entidades locais em aproveitar o terreno em prol do interesse público, satisfazendo a exigência preconizada pela Constituição Federal.

Esta área pertence ao Estado e atende às necessidades do Município, sendo que, para tanto, solicita a mesma para que possa realizar o atendimento da população local.

Sendo assim, espera contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 451/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Goioerê o imóvel que se constitui no lote de terras nº 02 (dois) da quadra nº 56 (cinquenta e seis) da Planta Geral de Goioerê, medindo 10 (dez) metros de frente por 35 (trinta e cinco) metros da frente aos fundos, totalizando 350 (trezentos e cinquenta) metros quadrados, matriculado sob o nº 17.351 no Cartório de Registro de Imóveis de Goioerê, Paraná, bem como todas as benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado pela Prefeitura Municipal de Goioerê, especificamente para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública.

Parágrafo Único. O Município ficará responsável pela guarda, proteção e restauração do imóvel.

Art. 3º As despesas com escritura e registro de imóveis correrão por conta do donatário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a autorização legislativa para que o Executivo proceda a doação de imóvel ao Município de Goioerê.

O referido imóvel fora doado pelo Município ao Estado em 21 de novembro de 1963, sendo que o Estado dar-lhe-ia como fim a construção da residência oficial do Promotor Público daquela Comarca, sendo que se não fosse dado este fim aplicar-se-ia cláusula resolutiva, retornando ao Município.

Ocorre que, passados 42 anos, o Estado não deu qualquer utilidade ao imóvel, estando o mesmo abandonado. Por outro lado, em virtude de prescrição, o Município não poderia reivindicar a sua propriedade.

O Município de Goioerê tem dentre seus deveres a eficiente prestação de serviços públicos à comunidade local e regional. Contudo, possui em seu território o imó-

vel objeto da presente completamente ocioso, maculando a própria imagem do Município.

Não bastasse, há interesse de entidades locais em aproveitar o terreno em prol do interesse público, satisfazendo a exigência preconizada pela Constituição Federal.

Esta área pertence ao Estado e atende às necessidades do Município, sendo que, para tanto, solicita a mesma para que possa realizar o atendimento da população local.

Sendo assim, espera contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 452/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ARAM - Associação Regional de Assistência ao Menor Guarda Mirim de Umuarama, Cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Avenida Portugal, nº 5550, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

A ARAM - Associação Regional de Assistência ao Menor Guarda Mirim de Umuarama, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 453/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Espírita Allan Kardec, no Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Bahia, 4368, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social. O Centro Espírita Allan Kardec, tem por objetivo a realização de atividades de natureza assistencial e de promoção humana à luz da doutrina Espírita.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria. Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 454/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Instituto Fundação Manoel da Graça, com sede e foro em Arapongas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Fundação Manoel da Graça, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede na Rua Marabu, 800, Município de Arapongas.

Esse Instituto tem como finalidade social contribuir para a contínua e progressiva melhoria dos padrões de vida de todos os cidadãos brasileiros ou não, direta ou indiretamente representados, regidos sob as melhores prerrogativas possíveis ditadas pelo interesse público mediante a execução de atividades relacionadas à Educação, Ensino e Assistenciamento Social, Informática e Automação, Avaliação e Desenvolvimento Tecnológico.

Desenvolve ainda, programas nos setores da Saúde, Cultura, Lazer, Esportes, em prol de toda a coletividade, voltadas especialmente a pessoas ou grupo de pessoas mais necessitadas.

Face ao exposto, espero o apoio dos nobres integrantes desta Casa de Leis para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 455/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado “Centro Administrativo Governador José Richa”, o conjunto de edifícios, prédios

e andares destinados a abrigar as atividades administrativas e Secretarias de Estado do Paraná.

Parágrafo único. Os documentos emitidos nas repartições, autarquias e Secretarias de Estado nos termos do *caput* deste artigo, conterão, além do brasão ou símbolo oficial do Estado, a expressão “Centro Governador José Richa”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

José Richa, carioca de nascimento mas paranaense por opção, criou-se desde os cinco anos de idade em Jacarezinho onde estudou no Colégio Cristo Rei. Em Curitiba estudou no Colégio Estadual do Paraná e Odontologia na Universidade Federal.

Em 1962 foi eleito Deputado Federal e reeleito em 1966. Em 1972 elegeu-se Prefeito do Município de Londrina e em 1978 sagrou-se Senador da República. Finalmente em 1982 elegeu-se Governador do Estado do Paraná tendo desenvolvido extraordinário plano de ação para o desenvolvimento dos Municípios e da sociedade. Sua visão de estadista levou-o a aprofundar a importância do Estado e dos trabalhadores do setor público para a implementação de políticas públicas voltadas sobretudo àqueles que mais necessitam do Poder Público. Visão eloqüente, buscou parcerias com a iniciativa privada, com a sociedade organizada e a população em geral, tudo dentro dos critérios da seriedade e do rigor administrativo.

Deixou o Governo do Estado para ocupar a vaga de Senador da República. Desempenhou papel fundamental na Assembléia Constituinte sobretudo nas propostas voltadas ao desenvolvimento sócio-econômico e a justiça social.

O presente projeto de lei visa demonstrar que a justiça, a lealdade, a generosidade, a solidariedade e a moral ainda têm espaço na vida pública. O nome “Governador José Richa” é sem dúvida emblemático para a administração pública e para os trabalhadores do setor público do Estado do Paraná e merece todo apoio por parte desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 456/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Lar Infantil João Leão Pitta, com sede e foro no Município de Rolândia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

O Lar Infantil João Leão Pitta, fundada em 10/05/83 no Município de Rolândia, tem por finalidade creche, manutenção e assistência social beneficente educacional.

Presta assistência às crianças carentes de 0 a 06 anos e atende diariamente 115 crianças no período integral, priorizando principalmente àquelas mães que necessitam trabalhar fora.

PROJETO DE LEI Nº 457/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder reversão ao patrimônio do Município de São Sebastião da Amoreira, imóvel situado na zona suburbana da cidade, doado para o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, pela Lei Municipal nº 050/81, de 30/06/81 e matriculada sob nº 1.533, livro 02 folha 01, do Cartório de Registro de Imóveis - 2º Ofício, comarca de Assaí/PR.

O imóvel está localizado na zona suburbana da cidade de São Sebastião da Amoreira, dentro das seguintes divisas e confrontações: “segue por uma linha reta e seca, numa distância de 97.205 metros, fazendo divisa com o limite da faixa de domínio da Rodovia PR-218, pelo rumo NW 00º14’SSE, quebrando à esquerda, por linha reta e seca por uma extensão de 43,28 metros, confrontando com terras desta mesma propriedade pelo rumo NE 89º46’, quebrando à esquerda novamente seguindo em linha reta e seca por uma extensão de 100,327 metros, fazendo divisa com terras de Hiroshi Mashima, pelo rumo NW 14º34’SSE, até encontrar a linha de partida, fechando o perímetro com a área de 3.000,00m2.”

Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada exclusivamente para a construção do barracão destinado a abrigar os maquinários da Prefeitura Municipal, ficando tal imóvel com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.
(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei em virtude do não cumprimento do termo de doação constante na escritura pública, lavrada nas notas do tabelião Jurandir Pery Medeiros, da cidade de São Sebastião da Amoreira, da Comarca de Assaí, às fls. 92 do livro nº 18, em 08 de fevereiro de 1982, constando que “a doação é feita com a condição de que o donatário, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, só poderá utilizar a área em referência para construção de um Núcleo residencial, para os funcionários do 3º Centro Regional de Manutenção, sediado em Londrina, através de seus distritos rodoviários, devendo utilizá-los, dentro de 360 dias a contar da data da escritura em registro, caso contrário retornará ao patrimônio do município”.

Porém, até o presente o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná não utilizou o imóvel, não cumprindo, dessa forma com os termos constantes na escritura de doação.

Senhores Parlamentares, o Município de São Sebastião da Amoreira, é um município pequeno, com aproximadamente 8.300 (oito mil e trezentos) habitantes, necessitando gerar emprego, criar renda e possibilitar aos trabalhadores daquele município condições digna de vida, e a atual administração amoreirense planeja utilizar o dito terreno para ali instalar a garagem de máquinas, e no local onde funciona atualmente, construir barracões para instalação de novas indústrias.

PROJETO DE LEI Nº 458/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoolatra de Santo Antonio da Platina, com sede no Município e foro no Município de Santo Antonio da Platina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.
(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Recuperação do Alcoolatra de Santo Antonio da Platina, é uma entidade jurídica de direito privado, que tem por finalidade precípua a recuperação de pessoas viciadas e vítimas do alcoolismo, proporcionando a readaptação dos recuperados junto a seus familiares e à sociedade, através da psicoterapia de grupo.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Recuperação do Alcoolatra de Santo Antonio da Platina, do Município de Santo Antonio da Platina.

PROJETO DE LEI Nº 459/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Modifique-se o artigo 5º da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Em municípios com até 6.000 (seis mil) veículos registrados serão credenciados, no máximo dois despachantes.

Parágrafo único. Em municípios cujo número de veículos registrados seja superior a 6.000 (seis mil) será credenciado mais um despachante para cada 4.000 (quatro mil) veículos.

Art. 2º Modifique-se a alínea “f” do artigo 6º da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“f) apresentar certidão negativa de antecedentes expedida pela justiça estadual civil e criminal, justiça Federal e outros fins dos locais que residiu ou exerceu atividade econômica nos últimos 05 (cinco) anos.”

Art. 3º Modifique-se o artigo 7º da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998, para que seus parágrafos passem a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º A autorização para o exercício da atividade de Despachante de Trânsito será concedida através de credenciamento, a título precário personalíssimo.

§ 2º Constitui impedimento para o credenciamento de Despachante o parentesco até segundo grau, inclusive por afinidade, com funcionário do DETRAN-PR, assegurados os credenciamentos já concedidos.”

Art. 5º Modifique-se o *caput* do artigo 11 da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998 e seus parágrafos, para que passem a vigorar com a seguinte redação, realizando a necessária remuneração:

“Art. 11. Por ocasião do credenciamento, o Despachante de Trânsito firmará termos de responsabilidade, garantido por caução no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), a ser depositada em moeda corrente do país em Banco conveniado com o Estado do Paraná, em conta poupança, para cobrir eventuais danos pecuniários ou materiais ocasionados ao DETRAN-PR, ou a terceiros.

§ 1º O valor a que se refere o *caput* do artigo será atualizado em 2 de janeiro de cada ano com base no IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

§ 2º O valor da caução poderão ser levantado nos seguintes casos:

- I - Falecimento do titular;
- II - Aposentadoria do titular;
- III - Cancelamento da credencial, desde que não implique em responsabilidade como enunciado no presente artigo.

§ 3º O prazo para requerer o levantamento da caução é de 05 (cinco) anos, após o cancelamento da credencial.”

Art. 6º Adite-se ao artigo 12 da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998, alíneas com o seguinte teor, realizando as renumerações que se fizerem necessárias.

“b) Inspeccionar regularidade e procedência do veículo, vistoriar, identificar, declarar, retirar, carimbar e assinar decalques de chassi e laudo de vistoria de veículos automotores, reboques e similares, bem como todos os seus componentes, assumindo total responsabilidade pelos atos praticados.

c) Examinar, verificar a regularidade documental através da inspeção de procedência veicular nos processos em que haja necessidade de emissão de Certificado de

Registro de Veículo e Certificado de Registro de Licenciamento Veicular anual e demais atos da alínea “b.”

Art. 7º Modifique-se alíneas do artigo 14 da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998, para que passem a vigorar com a seguinte redação:

“1) manter fichário ou cadastro de seus clientes, sujeito à fiscalização do DETRAN-PR;

p) ressarcir seus comitentes e o poder público por danos e prejuízos a que der causa, por ação ou omissão, inclusive por atos de seus empregados e preposto, exceto quando a questão estiver sendo discutida em juízo.”

Art. 8º Modifique-se alínea “f” e acrescente-se alínea “g” ao artigo 15 da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998, para que vigorem com a seguinte redação:

“f) exercer a função com credencial vencida.

g) exercer a função com credencial suspensa.”

Art. 9º Modifique-se o artigo 18 da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. A pena de advertência será aplicada ao Despachante quando infringir o disposto no artigo 12, alíneas “a” a “j” e artigo 15, alíneas e e f”.

Art. 10. Modifique-se alíneas do artigo 20 da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998, para que passem a vigorar com a seguinte redação:

“c) condenação irreversível, em qualquer caso, à pena de reclusão igual ou superior a 02 (dois) anos;

d) infração ao disposto nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do artigo 15.”

Art. 11. Modifique-se o parágrafo único do artigo 12 da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. Instaurado o processo administrativo e apresentada defesa prévia, o Despachante poderá ficar suspenso, preventivamente, por no máximo 30 (trinta) dias, se demonstrada a existência do risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

Art. 11 Modifique-se o parágrafo 2º do artigo 24 da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º O recurso da decisão que aplica a pena de cassação de credencial terá efeito devolutivo e excepcionalmente o efeito suspensivo.”

Art. 12 Adite-se ao artigo 24 da Lei nº 12327 de 21 de setembro de 1998, parágrafo com o seguinte teor:

“§ 3º O efeito suspensivo ao recurso a que se refere o parágrafo 2º do artigo 24 será atribuído em duas situações:

“a) se demonstrado o risco de dano irreparável ou de difícil reparação para o recorrente;

b) se o recurso não for julgado no prazo de 30 dias de sua interposição.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada no prazo máximo de 60 dias.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual 12327/08, regulamentou as atividades de despachantes no Estado do Paraná.

Passados seis anos do início de sua vigência algumas modificações se fazem necessárias, além de outras que, certamente, outros parlamentares proporão emendando o presente projeto de lei.

O número de veículos aumentou significativamente nos últimos anos e há vários municípios onde não há despachantes.

Por outro lado o critério de um despachante para cada 2.000 veículos registrados mostra-se, principalmente em razão do aumento do número de veículos na maioria dos municípios do Estado do Paraná.

O risco da desenfreada e até desleal concorrência faz com que diversos municípios paranaenses não contem com despachante.

Algumas atividades já são realizadas pelos despachantes e não estão amparadas pela lei e esta é a razão para a inclusão de novas alíneas ao artigo 12.

Em razão da precariedade da concessão da credencial aos despachantes, faz-se necessário criar mecanismos de proteção contra arbitrariedades, preservados e supremacia do interesse público e o interesse da coletividade.

Para que se assegure o princípio do contraditório e ampla defesa acrescenta-se dispositivos que asseguram ao despachante apresentação de defesa prévia antes de ser preventivamente suspenso.

É com o mesmo intuito que se propõe a atribuição do efeito suspensivo ao recurso quando demonstrado o risco do dano irreparável ou demora no julgamento do mesmo.

Os demais artigos fazem ajustes na redação e qualificam o procedimento seletivo para credenciamento dos despachantes.

Suscintamente estes são os fundamentos da proposição.

PROJETO DE LEI Nº 460/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil voltado ao desenvolvimento de ações articuladas, intersetoriais e descentralizadas, destinadas ao implemento de atividades preventivas e de assistência especializada diri-

gidas a crianças, adolescentes e famílias vítimas de violência sexual infanto-juvenil.

Art. 2º O Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil será executado pelas Secretarias do Trabalho, Emprego e Promoção Social, da Educação, da Saúde, da Justiça e Cidadania e Segurança, sob coordenação da primeira.

Art. 3º Para consecução dos objetivos e metas do Programa, o Estado poderá celebrar convênios com Municípios e entidades não-governamentais.

Art. 4º Para execução do Programa, o Estado contará com os recursos alocados no orçamento da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social, e as despesas decorrentes da atuação das demais Secretarias estaduais correrão à conta de suas dotações orçamentárias.

Art. 5º O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, ao longo dos anos, vem sendo incluído na agenda dos Governos e da sociedade civil como uma questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e de adolescentes, preconizados na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8069/90 e na Convenção Internacional dos Direitos da Crianças.

A violência, incluindo a negligência e o abuso sexual, impedem o bom desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes e os maus tratos são encontrados em todos os níveis sócio-econômicos e culturais, tendo a sociedade o dever de zelar pela dignidade da criança e do adolescente para que estes fiquem a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Qualquer gestor público gostaria de outra realidade para nossas crianças, sem violências, assim para que tal quadro seja desenvolvido, temos que criar métodos e ações que facilitem tal desenvolvimento.

O Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil tem como meta um conjunto articulado de ações intersetoriais, com a coordenação da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, de forma a implantar e a incrementar ações preventivas e assistenciais para atendimento especializado a crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual, bem como de seus familiares, assegurando-lhes os direitos fundamentais de dignidade, respeito, liberdade e acesso a

serviços públicos de saúde, assistência social, educação, justiça e segurança.

O cometimento de crimes contra os costumes em que figuram como vítimas crianças e adolescentes é mais comum do que se imagina. Para ilustrar a situação preocupante que encontramos neste Estado do Paraná, trazemos algumas estatísticas apresentadas pelo NUCRIA - Núcleo de Proteção à Criança e Adolescente Vítimas de Crimes: Em 2004 foram registrados 65 casos de atentado violento ao pudor; 27 casos de estupro; Entre 10/2004 e 05/2005 já foram registrados 65 casos de atentado violento ao pudor e 26 casos de estupro e 3 casos de exploração de prostituição. Esclarecemos, no entanto, que esses números se referem apenas à região central de Curitiba, que caracteriza a circunscrição de atuação da Delegacia especializada.

A prioridade é o desenvolvimento de ações voltadas ao combate desse fenômeno nocivo à sociedade, por meio de um conjunto articulado e integrado de políticas de atendimento, proteção e defesa das vítimas, bem como a repressão de sua ocorrência e da correspondente responsabilização dos violadores, prioridade esta que poderá ser consolidada com a celebração de convênios e de parcerias com os vários segmentos sociais.

“A violência sexual consiste em todo ato ou jugo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sobre a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade”. Ministério da Saúde, série nº 167, pg. 13, 2002.

Sabe-se, que os familiares, os profissionais e a sociedade em geral assumem, em muitos casos, posturas hesitantes quanto a denúncias de situações de maus tratos a crianças e adolescentes, como forma de “proteger”, ocultando pais, padrastos, parentes ou conhecidos que promovem traumas que dificilmente cicatrizam com o tempo.

Para a conscientização da gravidade de tais agressões e de tais posturas, dentre as metas do Programa, consta a realização de estudos quantitativos para análise da situação de violência sexual infanto-juvenil, para que sejam especificados recursos para o desenvolvimento de campanhas de sensibilização e mobilização da sociedade, em especial a mídia e os segmentos que comprovadamente representam fatores de risco à população infanto-juvenil, para fortalecer as articulações regionais e locais de combate a violência sexual infanto-juvenil e para potencializar a promoção de mecanismos de exigibilidade dos direitos para as vítimas da violência sexual infanto-juvenil, assegurando, sobremaneira, o atendimento humanizado aos mesmos.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 461/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a “Associação de Promoção Humana Platinense - APHP”, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina, Estado do Paraná, com CNPJ 04.646.074/0001-50.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar a Associação citada de Utilidade Pública Estadual, que é sem fins lucrativos, nascida legalmente em 03.09.2001 com prazo de duração indeterminado.

Possui a finalidade geral de promover a valorização e o progresso da pessoa humana e o desenvolvimento de atividades filantrópicas.

Por a Associação atender os requisitos legais deste Estado, através da documentação anexada, requer-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

PROJETO DE LEI Nº 462/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a “Associação Sarandiense Defensora dos Consumidores - ASDC”, com sede e foro no Município de Sarandi, Estado do Paraná, com CNPJ 06.165.097/0001-79.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar a Associação citada de Utilidade Pública Estadual, que é sem fins lucrativos, nascida legalmente em 16.12.2003 com prazo de duração indeterminado.

Possui a finalidade geral de defender os direitos e legítimos interesses de seus associados e consumidores do Município.

Por a Associação atender os requisitos legais deste Estado, através da documentação anexada, requer-se o

apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

PROJETO DE LEI Nº 463/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Política de Prevenção à Violência contra Educadores da Rede de Ensino do Estado do Paraná, nos termos deste projeto de lei.

Art. 2º A Política de Prevenção à Violência contra Educadores da Rede de Ensino do Estado do Paraná tem os seguintes objetivos:

I - estimular a reflexão nas escolas e respectivas comunidades acerca da violência que tem atingido os educadores, seja no ambiente escolar ou em suas imediações;

II - desenvolver atividades nas escolas, que congreguem educadores, alunos e membros das comunidades respectivas, voltadas ao combate à violência contra os profissionais da educação que nela trabalhem;

III - implementar medidas preventivas e cautelares em situações nas quais os educadores estejam sob o risco de violência, que possa comprometer sua incolumidade.

Art. 3º As atividades voltadas à reflexão sobre a violência contra os educadores serão organizadas conjuntamente pelas entidades representativas dos profissionais da educação, Conselhos de Escola e entidades da comunidade interessada em contribuir com este processo.

Art. 4º A política instituída pelo presente projeto de lei poderá contar com o apoio de instituições públicas voltadas ao estudo e combate à violência.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos, a violência tem sido experimentada também como um problema educacional, seja por sua emergência dentro da própria comunidade escolar, seja pela consciência das relações que se estabelecem entre o fato social e a educação. Tema freqüentemente debatido entre os que estão mais diretamente envolvidos com o mundo da educação, as questões da violência nos meios escolares tem-se transformado em pauta obrigatória da agenda pública.

É necessário desenvolver programas de “Ação Contra a Violência na Escola”, procurando compreender as relações sócio-econômicas presentes nos atos de violência ocorridas nos meios escolares e apontar ações para sua redução, tanto em nível pedagógico quanto no de articulação com a comunidade mais ampla.

O objetivo deste projeto de lei é instituir o Programa de Prevenção à Violência nas escolas da Rede Municipal de Ensino, fortalecendo as relações comunitárias e disseminar ações de solidariedade e cidadania; articular a comunidade da região para, com base em diagnósticos, desenvolver ações de promoção e garantia de direitos, especialmente de combate à violência e de valorização da vida; desenvolver estratégias de trabalho por meio de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais para operacionalizar ações de combate à violência; estreitar as relações da escola com a comunidade, reforçando-a como espaço de apoio às ações solidárias; formar comissões regionais de prevenção à violência nas escolas, para coordenar e definir as ações.

As questões relativas à violência no meio escolar são ainda pouco conhecidas e abrangem um vasto complexo de causas e variáveis, exigindo um aparelho sistemático de reflexão e estudo e o desprendimento do viés emocional que geralmente acompanha o debate sobre o tema.

As respostas em relação à violência no meio escolar terão alcance reduzido enquanto permanecerem restritas as medidas de contenção da violência. Para superá-la, é preciso colocar-se a partir de um outro ângulo e posicionamento: a não violência, entendida não apenas como negação (ausência) da violência, mas em sua concepção prepositiva de justiça e solidariedade.

É preciso reconhecer que a violência também se aprende na escola. A escola, como outros agentes da sociedade, tanto tem expressado como tem produzido violência. Para a superação da violência no meio escolar, é preciso diminuir o potencial criador de violência da escola e transformá-la num núcleo e centro promotor de paz, aperfeiçoando seu potencial gerador de não-violência e relações solidárias.

A violência, como um fato humano e um atributo da sociedade, sempre se manifesta em forma adjetiva, como característica e expressão das relações sociais. Não existe a violência em si, mas relações sociais violentas. Daí a importância de, num programa de prevenção à violência no meio escolar, oportunizar o aprimoramento das relações humanas na comunidade escolar como referência básica e vislumbrar uma nova compreensão de currículo que, como conjunto de vivências e experiências realizadas na escola, visa o estabelecimento de relações humanas profundas e o aprendizado de formas de resolução não-violenta de conflitos.

O trabalho de prevenção à violência no meio escolar não pode desconhecer as conseqüências que as relações sociais violentas trazem para as crianças, adolescentes e jovens, tanto os transformando em vítimas como em desencadeadores de atos violentos. Atender e acompanhar as vítimas da violência de forma organizada e sistemática é uma demonstração de responsabilidade ética de uma sociedade que se reconhece ela mesma como violenta em seus padrões, atitudes e normas.

Neste sentido, conclamamos a todos os Pares, para apoiar a proposta que ora apresentamos e propor um programa de prevenção da violência, em seu sentido amplo, como toda ação que visa compreender, reduzir, dissolver, evitar, contrapor toda e qualquer manifestação de violência no meio escolar.

PROJETO DE LEI Nº 464/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os instrumentos de formalização, renovação ou aditamento de convênios, instrumentos congêneres ou de consórcios públicos que envolvam repasse voluntário de recursos públicos do Estado deverão conter cláusula que determine que as obras, compras, serviços e alienações a serem realizadas por entes públicos ou privados, com os recursos ou bens repassados voluntariamente pelo Estado do Paraná, sejam contratadas mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido na legislação federal pertinente.

§ 1º Nas licitações realizadas com a utilização de recursos repassados nos termos do *caput*, para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o emprego da modalidade pregão, sendo preferencial a utilização de sua forma eletrônica.

§ 2º A inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.

§ 3º Nas situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as entidades privadas sem fins lucrativos, observarão o disposto no artigo 26 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, devendo a ratificação ser procedida pela instância máxima de deliberação da entidade, sob pena de nulidade.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo às entidades qualificadas como Organizações Sociais, na forma da Lei nº 9637, de 15 de maio de 1998, e às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da Lei nº 9790, de 23 de março de 1999, relativamente aos recursos por elas administrados oriundos de repasse do Estado, em face dos respectivos contratos de gestão ou termos de parceria.

Art. 2º Os órgãos, entes e instituições convenientes, firmatários de contrato de gestão ou termo de parceria, ou consorciados deverão providenciar a transferência eletrônica de dados, relativos aos contratos firmados com recursos públicos repassados voluntariamente pelo Estado para os órgãos e sistemas determinados pela Administração Pública, nos termos das normas a serem editadas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 3º As transferências voluntárias de recursos públicos do Estado subsequentes, relativas ao mesmo

ajuste, serão condicionadas à apresentação, pelos convenientes ou consorciados, da documentação ou dos registros em meio eletrônico que comprovem a realização de licitação nas alienações e nas contratações de obras, compras e serviços com os recursos repassados a partir da vigência desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

É certo que a Lei nº 8666/93 obedecendo a preceito constitucional apresenta e determina as regras gerais a serem observadas no âmbito das licitações públicas.

Entretanto, cabe aos entes federados estipular regras concretas a partir daquelas gerais a serem observadas quando estiverem em jogo os recursos oriundos de tributos e em causa a execução de obras e serviços de interesse público.

O presente projeto de lei visa equacionar a matéria relacionada ao repasse de recursos públicos estaduais e o necessário controle social dos gastos e despesas. A forma estipulada pelo projeto de lei no referente ao uso dos recursos públicos tem se mostrado eficiente e ao mesmo tempo transparente. A Administração Pública Estadual do Paraná com a edição desta lei dará sempre mais clara demonstração de rigidez no uso dos recursos oriundos do trabalho e do esforço da população.

PROJETO DE LEI Nº 465/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Professor Guido Straube - AMPF, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, e Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Professor Guido Straube é o órgão representativo dos Pais, Mestres e Funcionários daquele Colégio, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos e não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros.

A APMF tem como principal objetivo discutir as ações de assistência ao educando, de aprimoramento do ensino e integração família-escola-comunidade, enviando sugestões, em consonância com a proposta pedagógica para apreciação do Conselho Escolar e equipe pedagógico-administrativa.

De acordo com o relatório da entidade, a mesma vem atendendo às finalidades propostas em seu estatuto.

PROJETO DE LEI Nº 466/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade da Vila Vitorassi, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu, e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Comunidade Vila Vitorassi, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por finalidade, desenvolver atividades e programas visando melhorar as condições de vida dos moradores, desenvolver ações nas áreas básicas, congrega os moradores da referida comunidade, estimular o espírito de solidariedade e comunitário dos moradores integrantes da associação, desenvolver atividades assistenciais, bem como representar perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias os interesses individuais e coletivos de seus associados, objetivando o desenvolvimento social.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e demais dispositivos aplicados à matéria, merecendo o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 467/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei 11.511, de 13.09.1996, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Sebastião Saporiski, com sede e foro no Município de Curitiba”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar a Lei 11511, que declarou de Utili-

dade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Sebastião Saporiski, pois em 31 de março de 2005 o Estatuto foi alterado para “Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Sebastião Saporiski”.

PROJETO DE LEI Nº 468/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar a cessão, disposta pela Lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998, em caráter de utilização gratuita, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - AMCIP, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de aproximadamente 2.500,00m, parte remanescente da área descrita na transcrição nº 16.111, do Livro 3-F, do Cartório de Registro de Imóveis da V Circunscrição da Comarca de Curitiba, com os seguintes limites e confrontações: 40,50m de frente para a Rua Imaculada Conceição; 61,70m pela lateral direita de quem de mencionada rua olha o lote confrontando com área pertencente à PUC; 61,70m pela lateral esquerda segundo a mesma orientação, confrontando com área remanescente do Estado; e 40,50m na linha dos fundos, confrontando com área remanescente do Estado.

Parágrafo Único. A área de que trata o *caput* deste artigo, será cedida à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - AMCIP, para que aquela entidade ali construa as instalações e mantenha em funcionamento sua sede, dando, assim, continuidade ao atendimento que vem fazendo a crianças portadoras de necessidades especiais, podendo a mesma ser retomada a qualquer tempo pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 2008, permitida prorrogação por 10 (dez) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo mencionada área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena desta cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a Instituição cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo prorrogar a cessão disposta pela Lei nº 12.217, de 15 de julho de 1998, em caráter de utilização gratuita, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - AMCIP, de imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com áreas de aproximadamente 2.500,00m.

A Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - ANCIP, com a aprovação deste plano de lei, irá manter em funcionamento da sua sede, dando continuidade ao atendimento que vem fazendo a crianças portadoras de necessidades especiais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 469/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação União Serrano de Cerro da Ponte Alta, com sede e foro no Município de Irati.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.08.2005.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Serrano de Cerro da Ponte Alta é uma entidade civil sem fins lucrativos, e tem como finalidade estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da região onde se localiza. Visa também promover e contribuir para formação e desenvolvimento da vida comunitária dos bairros da região de Cerro de Ponte Alta. Fundada em 31 de julho de 1986 e com sede, atual, na Rua Principal, s/nº, Cerro da Ponte Alta na Cidade de Irati.

A Associação tem como objetivos específicos: promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária das vilas da região; representar os moradores da comunidade e região em suas reivindicações junto aos poderes constituídos; colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhes conhecimento dos problemas da comunidade, pleiteando as respectivas soluções.

Essa Associação vem cumprindo relevante função social, vez que atende de forma efetiva aos moradores da região de Cerro da Ponte Alta e cumpre com assiduidade os objetivos estatuídos em seus estatuto.

Desta forma, esperamos contar com apoio dos nobre Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cleiton Kielse, no Pequeno Expediente.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje eu venho à tribuna tratar de dois assuntos muito delicados, que trazem realmente à pauta a necessidade para que o próprio Governador Requião tenha nos próximos 30 dias, um projeto de nossa autoria em parceria com o setor mandioqueiro do Estado do Paraná, onde eu cito aqui a presença do Prefeito de Terra Rica e Presidente da Vomp, Dr. Mário Ranziani, o Arnaldo Rosatto, Prefeito de Santo Antonio do Caiuá, o Aldir Smith, Prefeito de Nova Aliança, a Marícia Amakawa, Prefeita de Paranavaí, Teresinha Amakawa, Prefeita de Amaporã, o João Eduardo Pasquim, Presidente da Câmara Nacional Setorial da Mandioca, o Hermes Campos Teixeira, Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias de Mandioca do Estado do Paraná, o Elio Minuru Uiama, Vice-Presidente da ABPAM - Associação Brasileira dos Produtores de Amido da Mandioca, o Ivo Pierin, Vice-Presidente da FAEP, José Edgar Bosner, Assessor Administrativo da Yoki Alimentos, o Nestor Lucimar Bizzi, assessor tributário da Empresa Pinduca, e Dr. Eder Estelato, representante do Comércio Agrícola de Paranavaí e toda a região.

Esse encaminhamento, Sr. Presidente e Srs. Deputados vem, não só da necessidade do Sindicato das Indústrias de Mandioca do Estado do Paraná, visualizando, principalmente, a Região de Umuarama, a terra do meu amigo Nelson Garcia, da Região de Maringá, dos companheiros Cida Borghetti que aqui está e Ricardo Barros, e tantos outros companheiros que a representam, o Padre Paulo, os irmãos de Paranavaí, todo o Noroeste do Estado, principalmente, a nossa irmã Elza Correa, da região de Londrina, que significam hoje, quase 80 mil empregos diretos. Por que isso?

O Estado do Mato Grosso reduziu a alíquota dos derivados do amido, proporcionando um crescimento na indústria do Mato Grosso, de uma forma tão grande que os nossos empresários hoje, estão trabalhando com menos de 50% da sua não só produção anual, mas da sua potência que pode chegar a produzir mais do que esse percentual que estamos tendo nesse momento.

Por quê? Essa alíquota que vamos trabalhar hoje com todos os representantes que aqui estão, junto com o Vice-Governador Orlando Pessuti, traz à pauta a isonomia entre os Estados. A isonomia, Deputado Carlos Simões, que nós sabemos, quanto à concorrência, principalmente, dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul fazem em cima da agroindústria do nosso Estado.

Por isso vamos ter nos próximos trinta dias, essa pauta aqui na Assembléia e, já peço antecipadamente o apoio de V. Exas.

O outro assunto é sobre um plebiscito que estamos aqui como povo da região do São João Batista. Pessoas que moram desde 1947 naquela região e que são atendidas, desde 1947, pelo Município de Rio Branco do Sul, que fica a menos de cinco quilômetros desse distrito que não só pela dedicação de todos os Prefeitos que lá passaram, que atendem, as áreas de saúde, educação, transporte, saneamento, segurança, centralizados desde quase meio século dentro da cidade de Rio Branco.

Por isso, nós estamos solicitando e estão aqui também o Presidente da Câmara e demais Vereadores, para que venhamos a lutar, que esse projeto passe não só na Ordem do Dia de hoje, mas que nós possamos, em paralelo com a Justiça, que deve ser feita pelas localizações, pelas devidas mudanças que nós vamos fazer junto com o IAP, que já referendou, dizendo que realmente não só a estrutura do Governo do Estado sempre soube da parte do registro de imóveis, da parte estrutural, que lá nós temos, de toda estrutura que está aqui, que sabe o quanto nós estamos dedicados a Rio Branco do Sul e estão aqui divididos em vários setores: O setor dos produtores da nossa região, os nossos moradores, os vizinhos que sabem o quanto vai dificultar a mudança dos títulos de eleitor, que há mais de meio século já votam em Rio Branco do Sul, e que agora, por uma briga entre os Prefeitos da região, estão tentando remodelar um projeto que está funcionando, que está dando atendimento àquela população, tentando esquecer toda uma história das indústrias que lá nós temos.

Pasmem, senhores, que o Prefeito de Rio Branco do Sul está tentando abrir mão de indústrias, abrir mão de população! Vai perder no FPM, vai perder no ICMS, vai perder em toda estrutura que o Município já vem dando atendimento há tantos anos!

O projeto não só que faz com que o plebiscito venha julgar com o voto dessa população que vai estar lá para buscar justiça em nome da nossa cidade Rio Branco do Sul, em nome de São João Batista, mostrando que nós podemos, via Governo do Estado, via prefeituras da nossa região, tanto que Tamandaré nunca atendeu aquela região e que hoje vem numa tentativa de uma briga local, de uma briga de divisas, esquecer o povo daquela região. Eu não aceito isso! Rio Branco do Sul não pode aceitar realmente isso!

A nossa região de São João Batista não aceitará isso e não só teremos o veredicto do plebiscito nos próximos dias, mas estaremos, juntos, buscando em campanha aberta, para que o próprio Governo do Estado, num pedido nosso de reestruturação daquele Distrito possa, em parceria - como falei ainda há pouco - com o Presidente da Câmara, reestruturar na área de esportes, porque estão esquecendo projetos, como ginásios de esportes que nós temos já alocado recursos para nossa cidade, projetos na área de educação, infra-estrutura com o hospital de Rio Branco do Sul, que estão sendo deixados ao léu.

Esse é o pedido que eu faço aos nossos companheiros. Vêm acordados, não só das parcerias, das seções eleitorais que nós já gestionamos há quase quinze anos atrás, para que efetivamente fosse feito esse plebiscito.

Acredito que esse projeto que está na Ordem do Dia de hoje, venha em torno de uma necessidade óbvia, não só de Rio Branco e Almirante Tamandaré, mas de tantos projetos que não temos em pauta, para que a legislação possa oficialmente dar amparo a todas as comunidades que são atendidas distintamente, mas que têm,

dentro da divisão territorial, da divisão topográfica, erros contínuos que os Governos nunca corrigiram.

Venho corrigir oficialmente esse plebiscito e peço não só a anuência dessa Presidência, mas peço a anuência dos nossos irmãos Deputados que aqui estão e de toda a população, que dentro em breve, nos próximos sessenta dias, nós poderemos lutar com o Governo do Estado para que São João Batista seja não só oficialmente passado a Rio Branco do Sul, mas que a história já fez isso. São 57 anos de Rio Branco do Sul e agora, em três meses que-rem esquecer o João Batista!

Não vamos deixar isso acontecer, e tenho certeza que a Assembléia, muito menos!

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ou Sra. Deputada que aqui está. Estou vendo a Deputada Cida Borghetti, então, Sra. Deputada.

Venho à tribuna nesta tarde para falar sobre uma inacreditável situação que foi criada na investigação da morte de um major da Polícia Militar do Estado do Paraná, major Plochanski, violentamente assassinado a tiros de metralhadora. E o que acontece depois para desvendar o crime? Chamam um elemento por nome de Maurício de Souza, que vai até um motel onde seria prestado uma homenagem à viúva do major assassinado. E lá, neste hotel, quando a viúva chega, ela é levada a uma mesa, uma cadeira onde deveria sentar, para que esse cidadão, Maurício de Souza, em nome da Polícia Militar do Paraná, fizesse uma regressão para que ela contasse coisas que teriam acontecido no período do casamento dela com o major. Eis que ela se nega a se prestar a esse serviço de regressão que seria feito pelo Sr. Maurício de Souza. E aí vem o interessante da história. O Maurício de Souza, que é estudioso, que é psicólogo, o homem que faz as regressões, como não conseguiu fazer a regressão da viúva, é descoberto pela imprensa, e é descoberto por um setor de inteligência, a quem algumas pessoas denunciaram o fato. E aí o Maurício de Souza é descoberto. Ele presta assessoria ao Comando da Polícia Militar do Paraná, dá aulas de psicologia, faz regressão com alguns policiais da PM, e teria sido ele indicado pelo próprio Comando da PM, para fazer a regressão na viúva.

E agora vem a parte interessante. Esse cidadão, Maurício de Souza, foi assessor da Prefeitura de São José dos Pinhais, e foi denunciado lá em São José, por seis, ou sete moças que o processam por assédio sexual.

Eu não estou entendendo exatamente como é que uma pessoa com esse comportamento pode estar, ou

esteve, prestando serviços ao Comando da Polícia Militar do Paraná, para fazer a regressão na viúva de um major que foi assassinado por pessoas que deveriam estar cumprindo pena na Penitenciária Central do Estado do Paraná!

Gostaria de ouvir a palavra do comandante da Polícia Militar do Paraná, do Secretário de Segurança e do Governador do Estado sobre esse assunto, porque envolve o alto interesse da segurança. Levar a viúva de um major assassinado por “presos que estavam soltos” e que assassinaram o major a tiros de metralhadora, e depois aparece essa situação de um delinquente que deveria estar preso também, que praticou assédio sexual em seis moças, é o responsável pela regressão a pedido do Comando da Polícia Militar do Paraná!

A Comissão de Direito Humanos vai se manifestar sobre esse assunto e vamos convocar aqui na Assembléia o Comandante da Polícia Militar e novamente o Sr. Secretário de Segurança, que vive mentindo pelo Paraná a fora.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Para aqueles que acompanham a nossa luta em defesa da segurança pública, principalmente em Londrina e região metropolitana, subo à tribuna para deixar registrado aqui que o temor - que por esta tribuna já havia manifestado anteriormente, acabou acontecendo.

Quando o Governo anunciava a operação força-tarefa com 310 policiais e 30 viaturas para Londrina, comemorávamos num primeiro momento. Mas quando foi feito alarde, e usado como um canal político, com viaturas passando com as sirenes ligadas, só faltou o Governador passar em revista o 5º Batalhão, suspeitamos de tudo isso e estamos aqui trazendo as consequências desse ato pirotécnico da Secretaria de Segurança Pública, com pífios resultados, segundo os próprios números do balanço apontam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o primeiro final de semana em Londrina sem a presença da força-tarefa, os jornais estão noticiando. Assaltos à mão armada; pessoas sendo assassinadas e o número de veículos crescendo para sete veículos furtados, quando a média era de dois, três, até recentemente. Duas pessoas baleadas. Nós últimos oito dias sete pessoas foram assassinadas, sendo que essa média tinha caído praticamente a zero. Assaltos a taxistas que não tomávamos conhecimento há tanto tempo, estão ocorrendo em nossa cidade. Nós últimos dez dias nove pessoas tombaram vítimas de homicídio em nossa cidade. Chegou ao cúmulo de uma

casa, onde aposentados fazem jogos ali, em plena região central, em frente a uma loja do Mac Donald's, três elementos invadiram, trancaram todos eles, levaram mais de dez mil reais e as pessoas estão apavoradas até agora.

Uma barbaridade o que está ocorrendo com a segurança pública em nossa cidade. Tentativa de fuga no 2º Distrito Policial. E o que é pior, até em um campo de futebol um árbitro e seus bandeirinhas foram violentamente agredidos. Dez minutos de pancadaria por falta de policiais. E o que faz este Governo?

Retira vinte policiais de Londrina e quatro das poucas melhores viaturas que temos para servir ao Estado em uma outra megaoperação, que não tem resultados práticos, Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni!

Queremos deixar isso registrado, aqui, na tarde de hoje. Londrina tem apenas oito policiais civis trabalhando em quatro equipes de dois, sendo que nos anos noventa nós tínhamos dez equipes com quatro policiais. Essa é a desfaçatez para com a cidade de Londrina, para com a segurança pública da principal cidade do interior do Paraná! Esse é o tratamento que recebemos!

Subo à tribuna na tarde de hoje, para deixar registrado aqui, porque aqueles Deputados que defendem o Governo deveriam neste momento falar: “não, não se pode retirar vinte policiais e quatro viaturas em um momento crítico como esse”. Os bandidos, inteligentemente, estão voltando agora, porque sabem que a força-tarefa não está mais na cidade de Londrina.

Nós estamos fazendo este pronunciamento, na tarde de hoje, com pesar, inclusive porque expomos a segurança pública. Os bandidos já são conhecedores de tudo isso, mostrando que há uma fragilidade no sistema em nossa cidade. O sistema de segurança que necessitaria de reforços é desfalcado em um momento tão importante como esse.

Para finalizar, quero deixar registrado que o Presidente da Câmara Municipal de Porecatu que, se não me falha a memória, é do PMDB, está acionando o Governo do Estado porque sofreu um acidente, neste final de semana, entre a Vata e a cidade de Bela Vista do Paraíso. Uma verdadeira cratera foi aberta e deixou-se ali exposta. Chegou-se até a abrir o motor, tamanho buraco que ali estava, contrariando o discurso oficial e também tudo o que o Governo mostra por meio da propaganda de que o Paraná está cuidando das suas estradas, como se isso não fosse obrigação, já que os impostos são altíssimos e deveriam servir para manter em condições de trafegabilidade as estradas do Estado do Paraná!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de justificar aqui, publicamente, pedindo escusas à Deputada Elza Correia porque me informaram, que ela se encontrava em plenário no momento em que eu estava falando e eu me dirigi apenas

à Deputada Cida Borghetti. Queria registrar, então as minhas escusas, publicamente.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Carlos Simões pede para que esta Presidência avise aos Deputados que às 17h00 teremos a homenagem ao jornalista Mussa José Assis, aqui, no plenário desta Casa.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Quero justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin, que perdeu, nesta manhã, o seu sobrinho caminhoneiro, Edivando Alcides Zanetti, que é de Francisco Beltrão.

Ao justificar a sua ausência, queremos, em nome de todos do Partido e também dos companheiros da Casa, prestar a nossa solidariedade à família da Deputada, pela perda desse seu sobrinho na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente justificado, e em nome desta Presidência e da Mesa Executiva, as nossas condolências à Deputada Luciana e família.

O Deputado Artagão solicita a inscrição no PMDB, mas o horário deste partido foi utilizado pelo Deputado Kielse Crisóstomo.

Deputada Elza Correia, no Pequeno Expediente.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres Companheiros e Companheiras:

Eu queria me manifestar, mesmo que rapidamente. Teremos oportunidade de voltar a esse assunto, mas não havia me manifestado desta tribuna em relação ao que vivemos hoje no País e é importante que nos posicionemos diante desta verdadeira vergonha nacional pública, pondo em risco inclusive a República.

Queria dizer que finalmente veio a furo um tumor, uma ferida doente que crescia, crescia, já estava mais que apodrecida e veio a furo. Portanto, apesar da vergonha que todos nos encontramos neste país, é um grande momento da vida brasileira para que a população perceba quem é quem! É preciso cuidado, não podemos e nem devemos generalizar, porque sabemos que num balaio de maçãs existem muitas apodrecidas que devem ser extirpadas, retiradas para não contaminar o resto, mas tem muita gente decente, boa, em todos os partidos, em todas as agremiações, gente ética, gente séria e temos que prestar atenção para não generalizar. É o momento fundamental da vida do país porque sabemos os danos, Deputado Artagão, que a corrupção causa à Nação. São danos infinitos e incalculáveis, todos nós sabemos disso.

Então, é preciso que realmente esta questão seja discutida às claras, sem cochicho, diretamente, olho no olho, porque é assim que sempre fizemos política. Acho que é importante, porque isso tudo que está acontecendo só mostra que é possível, sim, fazer política com ética, com lisura, sem balcão de negócios sujos, sem o toma lá dá cá, sem troca de favores, porque esta forma de fazer política atrasa anos-luz o progresso, o desenvolvimento, a geração de renda e a garantia de cidadania ao povo brasileiro.

Queria deixar consignado aqui a nossa fala em relação a essa questão, porque temos certeza absoluta que no final disso tudo haveremos de separar de forma definitiva o joio do trigo na nação brasileira.

Gostaria de tocar também rapidamente num outro assunto que acho oportuno e me dá uma grande satisfação e grande alegria, que é finalmente poder dizer que está aqui na Casa a mensagem do Governador Roberto Requião, em relação à reestruturação da tabela de vencimentos e vantagens do pessoal docente das instituições estaduais do ensino superior do Estado do Paraná. Quero aqui fazer o registro ao Presidente do Sindicato, ao SINDIPROL de Londrina, César, ao professor Henrique, do Sindicato dos Professores de Maringá.

Evidentemente que essa luta foi de todos nós, mas muitos dos sindicatos, reitores, diretores de faculdades e é preciso que deixemos registrada a luta do Secretário Rizzi, também de vários Secretários em relação a essa questão.

Finalmente, essa revisão de tabela vai alcançar 5208 docentes ativos e 1648 inativos, beneficiando, igualmente, 948 colaboradores. São dezesseis entidades alcançadas, cinco universidades e onze faculdades.

Essa proposta foi objeto de ampla discussão entre as secretarias, entre os reitores, diretores das faculdades, mas acompanhado de perto por integrantes do Tribunal de Contas e Procuradores da Justiça. Portanto, uma proposta possível neste momento, com índices que variam de 18.68% chegando a atingir até 32.64%.

Acho que é uma grande notícia aos trabalhadores da educação do ensino superior, como já foi feito para o ensino médio, como será feito, com certeza absoluta, também a outras categorias como os policiais civis, policiais militares e outros que pleiteias há muito tempo o reajuste salarial. Um pleito justo, necessário, que temos certeza absoluta o Governador Roberto Requião haverá de atendê-los conforme tem sido a sua premissa neste Governo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputada Elza.

Gostaria de registrar, em nome do Deputado Luiz Nishimori, a presença neste plenário, na tribuna de honra, do Vice-Prefeito de Carlópolis, Tadashiuto. Obrigado pela presença e sintam-se à vontade.

No horário do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Waldir Leite.

Deputado Waldir Leite (PPS)

O SR. WALDIR LEITE

Sr. Presidente, nobres Deputados.

O assunto que nos traz aqui hoje é nosso já conhecido problema: o porto de Paranaguá. Hoje, estivemos em Paranaguá, na parte da manhã, quando se iniciou um fórum que está discutindo a municipalização dos portos de Paranaguá e Antonina, onde tivemos a presença de alguns Deputados Federais, como os nossos amigos Ricardo Barros e Alex Canziani, com o comprometimento de outras pessoas que por lá passarem, para discutir o que realmente vem acontecendo com o porto de Paranaguá. Há muito tempo que sabemos das irregularidades que acontecem no porto, mas nunca se chegou a um quadro tão drástico e dramático, como agora em que estamos vendo o pedido de intervenção na Câmara dos Deputados, por noventa dias.

O que pouca gente entende, até mesmo a própria população de Paranaguá, que a forma comovem sendo colocada pela mídia, é a questão da federalização. Ora, todos os portos são federais, pela própria Constituição, a União é proprietária de todos os portos! Ela delega, de acordo com a sua vontade e real necessidade de cada lugar. Temos portos municipalizados, delegados à iniciativa privada e delegados a Estados, como temos portos administrados pela própria União. A mídia coloca que essa proposta do Deputado Ricardo Barros é para federalizar o porto, privatizar os portos. Essa proposta é uma intervenção de noventa dias, para que todas as eventuais irregularidades que estejam acontecendo no porto de Paranaguá sejam regularizadas. Acredito que essa é a vontade de todos os segmentos do Paraná. Queremos ver um porto servindo como maior agente fomentador do agronegócio e da indústria paranaense, mas da forma como se coloca, dá a impressão que as pessoas de Paranaguá e alguns Deputados estaduais e federais são contra o porto de Paranaguá - como o Governo, e nessa condição, também me coloco.

O que queremos mesmo é que existam, sim, Deputado Rafael Greca, auditorias que procurem sanar todo e qualquer problema que tenha nos portos de Paranaguá e Antonina. Isso para nós não interfere. Queremos que os portos continuem sendo administrados por pessoas do Paraná, da forma como vem sendo mantida a delegação até hoje. Mas o que Paranaguá coloca através da sua Prefeitura, do seu Prefeito, é que caso o Governo Federal tenha que intervir no porto de Paranaguá e através dessas auditorias achar que deve mudar o modelo de delegação. O que a cidade de Paranaguá, juntamente com o seu empresariado, com todos os segmentos de trabalhadores e associação comercial, todos eles querem se habilitar a administrar o porto, como acontece em Itajaí. Vemos que o porto de Itajaí, a região de Itajaí vive um momento de

alta prosperidade e isso não vem de hoje. A cada ano que passa, o porto está integrado no desenvolvimento da cidade. Vemos uma Itajaí cada vez melhor.

Na última segunda-feira tivemos aqui o pronunciamento do Deputado Rafael Greca, o qual acompanhamos com bastante atenção - usou o horário da Liderança do Governo e do seu partido também. É normal que aconteça a defesa do Governo e da administração dos portos. Em um determinado momento do seu discurso, talvez, motivado e no afã de procurar defender a administração dos portos de Paranaguá e Antonina, o Deputado Rafael Greca citou o presente trecho: "foi o Eduardo Requião fazer isso, para começarem a usar o sagrado nome de Paranaguá em um movimento chamado Pró-Paranaguá, para dizer que eram contra a má administração do porto. O nome de Paranaguá é sagrado, é o berço da nossa terra, é a matriz da nossa história, é a cunha da nossa cultura. Não pode ser usado por ladrões para se acobertarem ou acobertarem o que vai de errado". É neste trecho aqui que sou veementemente contra esse posicionamento, até porque o Movimento Pró-Paranaguá foi assinado pelo Prefeito de Paranaguá, foi assinado pelo Deputado da região, foi assinado pela Câmara de Vereadores, que representa toda a população, pela Associação Comercial, por todos os Presidentes de Sindicatos da orla, estivadores, arrumadores, ou seja, todos os avulsos.

Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PPS

E, da forma como o Deputado colocou no seu discurso, coloca todo esse pessoal como ladrão, ponderação essa que de forma alguma aceito e nem aceito em nome de toda a população de Paranaguá. Até porque, de todas aquelas pessoas que assinaram aquele manifesto, aquele manifesto tinha como principal objetivo realmente promover a discussão dos problemas do porto, o que vem acontecendo hoje. Se naquele momento os problemas tivessem sido resolvidos, não chegaríamos à vergonhosa intervenção que aconteceu no porto de Paranaguá, hoje.

Então, Deputado Rafael Greca, o senhor sempre é muito bem recebido em Paranaguá, tem o nosso respeito e sempre teve em todos os momentos, mas de forma alguma nós podemos, como parnanguaras, aceitar que o senhor chame todas as pessoas envolvidas nesse caso de ladrões, como foi o caso do seu discurso. Achei uma forma bastante incorreta de o senhor tratar nós parnanguaras e gostaria aqui que o senhor realmente citasse quem daquelas pessoas que participaram daquele movimento são os ladrões, para que as coisas não fiquem em aberto. Se o senhor realmente pode chamar as pessoas que estão lá de ladrões ou que acobertam ladrões, o senhor coloque de forma clara, até mesmo para que o senhor não seja pré-julgado de maneira errada, que a população de Paranaguá não faça um pré-juízo desse seu pronunciamento, até para que possamos continuar mantendo o bom relacionamento que a cidade sempre teve

com o senhor. Até mesmo nos momentos que o senhor sempre precisou ou pediu alguma coisa para Paranaguá, sempre foi atendido com a maior atenção, carinho e respeito possível, até mesmo quando o senhor pediu, se não me engano, uma imagem ou alguma coisa da Igreja, que foi cedido pelo Prefeito da época, ou seja, que foi subtraído de Paranaguá...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

De maneira alguma! Nada foi subtraído de Paranaguá!

O SR. WALDIR LEITE (PPS)

Mas, entendemos o seu posicionamento da época e lhe foi cedido!

Então, o que gostaria mesmo do senhor, é que o senhor respeitasse todas as pessoas de Paranaguá e “desse nome aos bois”, colocasse nome nos ladrões que o senhor falou no seu pronunciamento. Esse seria o meu posicionamento, e lhe concedo um aparte, Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Deputado Leite, são duas coisas que tenho que explicar.

Primeiro, falei que o sagrado nome de paranaguá não pode acobertar ladrões de soja. Falei sobre os que usavam o silo público para locar espaço para, a partir de então, cobrarem pela soja que estava na boca do embarque, que para não cobrarem do outro, soja que ficava na fila dos caminhões. E, por último, a soja desapareceu, alguém ficou com o mico e foi interessante que a CAR-GIL não reclamou aquela soja.

Então, falei da moralização do silo público com o embarque casado, que foi a sistemática adotada pelo atual Governo, e pedi para não usarem o nome de Paranaguá para acobertar isso. Mas, eu não tenho nenhuma visão depreciativa com relação ao povo de Paranaguá, a comunidade de Paranaguá e muito menos com relação ao Prefeito. Agora, acho um equívoco colocar o Porto sob a administração municipal, porque há fragilidade institucional no Município - em todos os municípios e não especificamente no de Paranaguá - para suportar a máquina de um porto, mas isso é uma questão de discussão de estratégia e de engenharia que não vou lhe tomar o tempo agora.

No dia 22, o Superintendente dos Portos estará aqui para um amplo debate. Vamos fazer esse debate com toda a lealdade, com toda a delicadeza. Agora, sobre a segunda parte do seu discurso, a história que o senhor disse de uma imagem, obra de arte subtraída de Paranaguá, quero lhe dizer...

O SR. WALDIR LEITE (PPS)

Sr. Presidente, eu já dei o aparte. A mesma coisa que aconteceu com o Deputado Rafael Greca, que o Plauto começou a falar...

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Mas o senhor não me deixa falar!

O SR. WALDIR LEITE (PPS)

Mas, o senhor já falou o suficiente!

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Não! Eu quero lhe dizer que nada foi tirado de Paranaguá, nada que pertencesse...

O SR. WALDIR LEITE (PPS)

Está encerrado o aparte, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A palavra está com o orador que se encontra na tribuna.

O SR. WALDIR LEITE (PPS)

O que eu estou falando é que está nas notas taquigráficas da Casa, não foi colocado nada por mim, são as notas taquigráficas que o senhor chama todas as pessoas do Movimento Pró-Paranaguá de ladrões! Então, o senhor precisa fazer esse acompanhamento!

Com relação à fragilidade da instituição Prefeitura para administrar o porto de Paranaguá...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu queria pedir à taquigrafia que colocasse corretamente o que eu disse. Eu disse: “não usem o sagrado nome de Paranaguá para acobertar ladrões de soja”. Eu não falei da cidade inteira, como tenta, maldosamente, o Deputado me imputar!

O SR. WALDIR LEITE (PPS)

Deputado Rafael, não é maldosamente, é que o que está escrito nas notas taquigráficas.

Sim, mas quanto à fragilidade da instituição, tudo o que é feito no porto de Paranaguá ou na cidade é feito com recursos do próprio porto.

Então, não tem fragilidade alguma nessa condição de administrar.

Concedo um aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Eu quero fazer uso da palavra, Deputado Leite, só para, em parte, corroborar com o seu pronunciamento.

Nós temos três anos de Governo, eu acho que a administração do porto de Paranaguá tem pontos positivos e tem alguns pontos questionados pela comunidade de Paranaguá. Isso não é surpresa para ninguém. Nesses três anos aconteceu assim com a administração do Eduardo Requião. Tem pontos absolutamente positivos a administração, modernizantes, e que devem fazer o porto caminhar para um novo estágio de desenvolvimento na cidade e para o Estado do Paraná. Mas, uma coisa é verdade, o Porto não contribui com o desenvolvimento da cidade de Paranaguá. A cidade de Paranaguá, se nós for-

mos comparar, é uma cidade portuária, como todas as outras cidades portuárias do Brasil, e é a que mais sofreu do ponto de vista da degeneração, da degradação das condições de vida.

Isso não é um problema da atual administração, é uma maneira de como o porto é governado. A objeção que eu gostaria de colocar para V. Exa. refletir, não com as mesmas argumentações que o Deputado Rafael Greca tem, mas eu acho impróprio fazermos luta para que Paranaguá administre o porto. Eu acho que o que é correto é fazer com que o porto seja administrado pelo Estado do Paraná, tal como ele é administrado hoje e de que a cidade participe da discussão de um plano diretor de gestão do porto em relação à cidade. Se nós tivermos isso com clareza, com um projeto bem discutido que dê conta do meio ambiente, da bacia, da baía de Paranaguá e do desenvolvimento social e econômico da cidade, levando em conta essas questões, eu tenho certeza que os parnanguaras vão sair ganhando.

Veja, o que os parnanguaras estão questionando é a administração, não é se o porto é do Município, do Governo Federal ou é do Governo do Estado. Então, se contribuirmos para que o Eduardo tenha um bom projeto de administração e que recaia também pela cidade, não apenas o asfalto dos acessos dos caminhões, mas o conjunto da cidade, eu acho que nós vamos sair ganhando com isso.

O SR. WALDIR LEITE (PPS)

Obrigado, Deputado!

Então, só para concluir, Sr. Presidente.

Deputado Ângelo Vanhoni, não é a comunidade parnanguara que está divorciada do porto de Paranaguá. A gente vê a comunidade pelas manifestações das entidades de classe, que são as entidades paranaenses e até mesmo as nacionais, não é só Paranaguá.

Com relação ao diálogo que deveria existir, três anos se passaram e não conseguimos que esse diálogo existisse ainda, pelo contrário, o ISS que até dezembro de 2004 era pago à cidade, que era o único tributo que o porto pagava à cidade, a partir deste ano deixou de ser pago, ninguém sabe o porquê, ainda.

Então são coisas que não é um divórcio parnanguara, é um divórcio da comunidade paranaense, tanto que este projeto de intervenção chegou à Câmara não por intermédio de nenhum Deputado estadual, nem Prefeito; foi um Deputado Federal que levou lá atendendo a clamores da sociedade, dos segmentos que envolvem o porto de Paranaguá.

Então eu não diria que é um divórcio parnanguara, mas sim, um divórcio de toda comunidade portuária que envolve todo o Paraná e todo o Brasil. Com relação ao diálogo, é difícil, o senhor que é parnanguara sabe melhor do que eu.

Mas o que realmente me trouxe aqui foi a indignação de ver todos nós, parnanguaras, como o senhor também, é ser chamado num discurso do Deputado Rafael

Greca, talvez de uma forma equivocada, todos de ladrões. Acredito até que a vontade dele não tenha sido esta mas eu, de forma alguma, poderia escutar isso e me omitir de trazer aqui todas as reclamações, todos os pensamentos da comunidade parnanguara.

Gostaria de lhe dar o aparte, Deputado Vanhoni, mas o adiantado da hora não me permite.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (*Pela Ordem*)

Apenas para esclarecer ao Deputado que faz uso da palavra que o Deputado Rafael Greca mesmo que tenha proferido desta forma, já solicitou às notas taquigráficas que transcreveram o verdadeiro sentido da sua frase em relação ao problema da soja, lá no silão.

Então acho que o mal-entendido está desfeito.

O SR. WALDIR LEITE (PPS)

Melhor para todos nós, Deputado.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (*Augustinho Zucchi*)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. WALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, Deputado Vanhoni, a questão do sumiço da soja lá, o pombo já tem nome. O pombo que surrupiou a soja do porto de Paranaguá chama-se Ogarito. Deputado Braddock, o senhor que se dá bem com a Polícia, pode mandar buscar.

Sr. Presidente, eu estava contente porque o Deputado Rafael Greca estava em plenário e tenho aqui um assunto para tratar sobre o porto de Paranaguá, mas, como tenho o Grande Expediente vou deixar a questão do porto de Paranaguá em segundo plano para tratar quando o Deputado Greca estiver de volta ao plenário. Quero questionar o Deputado, porque na última quarta-feira prometeu que me entregaria os documentos da licitação que se faz necessária na questão da segurança do porto; já se passou quase uma semana e eu não recebi os documentos. Ele afirmou que estes documentos estavam em seu poder.

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, na verdade eu gostaria de levantar uma questão de ordem ao Presidente Hermas Brandão, mas como ele não está, eu gostaria que V. Exa. encaminhasse, porque se faz necessário que a autoridade desta Casa seja preservada. Eu tenho, Sr. Presidente, inúmeros requerimentos aprovados por esta Casa quanto à questão da Secretaria de Comunicação. Esses requerimentos, ou não têm sido respondido pelo Sr. Secretário ou têm sido respondidos de uma forma que não contempla o que nós requeremos.

Por esta razão, Sr. Presidente, - o Presidente Her-
mas Brandão está me ouvindo: Presidente Hermas Bran-
dão, eu, desde o mês de junho, venho fazendo
requerimentos à Secretaria de Comunicação e o Secretá-
rio de Comunicação se faz de desentendido, ou, se res-
ponde aos requerimentos, não diz nada. Por exemplo: eu
fiz um requerimento aqui nesta Casa, pedindo os gastos
com a Administração Direta e Indireta. Acredito que
todos sabem o que é Administração Direta e Indireta. O
Secretário de Comunicação não sabe. Primeiro, junto
com o Chefe da Casa Civil, mandou uma resposta dando
os gastos da Casa Civil: setecentos mil reais. Aí, devolvi
a V. Exa. o requerimento, porque não estava contem-
plando o que dizia no requerimento. V. Exa. tomou provi-
dências, encaminhou ao Secretário de Comunicação. Isso
vem se arrastando desde o mês de junho. Aí, o Secretário
tornou a responder ao meu requerimento. Aí, a Adminis-
tração Direta e Indireta, se resumiram apenas à Secretaria
de Comunicação, que gastou dez milhões. O que eu
quero saber é onde estão sendo gastos os 140 milhões em
publicidade. Eu quero saber o nome das agências de
publicidade, saber para quem foram destinados esses
recursos. Eu quero essa lista. Por quê? Ora, todos nós
estamos vendo o que está acontecendo na nossa Nação. O
Caixa 2, o famoso Caixa 2 tem sido muito usado com as
agências de comunicação, de publicidade. Por esta razão,
o Secretário de Comunicação já incorre em crime de res-
ponsabilidade, porque ao não responder aos requerimen-
tos aprovados por esta Casa no tempo que a lei
determina, o artigo 134 diz o seguinte:

“Não sendo prestadas as informações no prazo de
trinta dias, o Presidente da Assembléia, mediante pedido
do autor, aplicará as penas contidas no parágrafo único
do artigo 54 da Constituição Estadual”.

As penas são: a perda de cargo, a inabilitação por
oito anos para o exercício de função pública.

Nós não podemos ficar brincando de fazer requeri-
mentos, serem aprovados e não serem respondidos. Até
quando isso vai perdurar? Eu preciso! Eu quero saber o
nome das agências! Depois, vou buscar o contrato social
dessas agências. Depois de receber as informações de
quem está recebendo esses vastos recursos públicos, eu
quero saber um por um. É isto o que eu estou requerendo!

Sr. Presidente, acredito sinceramente em V. Exa. e
acredito que V. Exa. vai se dirigir ao Secretário de Comu-
nicação, exigindo que nesta semana, já que ele está atra-
sado seis meses, ele encaminhe a esta Casa, como forma
de respeito, não ao Deputado Rossoni que é Líder da
Oposição, mas como forma de respeito a esta Casa, todas
as informações que foram aprovadas por este Plenário. E
ele que não venha, na próxima resposta, indicar aqui os
gastos como fez no primeiro. Primeiro, da Casa Civil,
depois, apenas da Secretaria da Comunicação. Daqui a
pouco ele vai pegar o Banco Popular, do Governo Fede-
ral, que aportou 24 milhões, para emprestar, e gastou 22
em publicidade; vai usar o Governo Federal.

Eu como cidadão, como Parlamentar, estou aqui
para levantar esta questão de ordem, Sr. Presidente, com
todo o respeito que tenho a V. Exa. e, tenho certeza que
V. Exa. vai enquadrar o Secretário de Comunicação den-
tro da lei, porque senão a autoridade desta Casa irá por
água abaixo! Não há mais necessidade de aprovar requeri-
mentos!

O discurso dos parlamentares do Governo, dizem
que aprovam tudo aqui. É verdade, aprovam tudo, só que,
Deputado Plauto não respondem nada.

Eu tenho uma lista aqui, requerimentos não res-
pondidos, desde o ano 2004. Eu vou levantar esta questão
de ordem, também, na próxima sessão. Desde o mês de
fevereiro, Sr. Presidente, está aqui a lista dos requerimen-
tos não respondidos.

Aí vêm os Deputados do Governo, através, às
vezes, da Liderança, dizer que não têm o que esconder!

Ora, se não têm o que esconder, nos informem o
que nós estamos pedindo? Vamos ver os nomes das agên-
cias, vamos ver quem está recebendo. O recebimento des-
sas verbas de publicidade: são importantíssimas. Vamos
chegar a ter essas informações, para que a gente possa
fazer o juízo sobre essa questão de publicidade. Não há
momento, Deputado Elio Rusch, mais oportuno do que
esse, do que nós tornarmos isso transparente.

Eu dou aqui um exemplo: O Governo coloca aí nos
pontos de ônibus de que os gastos do Governo são em
tempo real. Está na Internet.

Não é verdade! Não é verdade! Abram, entrem, na
Secretaria de Comunicação e vejam lá quanto o Governo
está gastando!

Nós sabemos que o Governo está aí pedindo suple-
mentação, aumentando a verba de comunicação! Eu per-
gunto: Por quê? Se já gastou setenta milhões, quer gastar
mais setenta para chegar ao 140?

Deputado Plauto, eu lhe concedo o aparte, mas
subscreve e peço o apoio dos Srs. Deputados.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Eu agradeço o aparte. Quero me somar ao seu pro-
nunciamento, em especial a tudo aquilo que diz com rela-
ção aos requerimentos pedindo informações nas
Secretarias de Estado do Paraná.

Lembro como hoje o Governador tomando posse
nesta Casa de Leis, no dia que ele assumia o Governo,
falando que em cinco dias os requerimentos seriam res-
pondidos. Vou citar três deles, sem contar os outros que
de imediato não me vêm à cabeça.

Na cidade de Ponta Grossa existe toda aquela
questão ambiental, aonde estão sendo criados as unidades
de conservação. Falam das árvores, das araucárias, como
uma coisa intocável. Temos que preservar, sim, só que no
coração de Ponta Grossa, existia um Parque que se cha-
mava Parque Honório. Ali tinha árvores centenárias. O
pessoal do meio ambiente deu autorização para derrubar
essas árvores no centro da cidade. Sem explicação.

O que é que nós fizemos? Encaminhamos um pedido de informações ao IAP, ao Sr. Raska, e até hoje não tivemos resposta. Não sei o porquê. Faz mais de sessenta dias que foi pedido informações. Pedimos informações ao Secretário do Meio Ambiente sobre os gastos que estão sendo feitos em 2005. Em torno de 140 milhões de reais, estão dirigindo aos meios de comunicação do nosso Estado do Paraná! E queremos informações, é normal, nós, Bancada de Oposição, termos essas informações. Mais de noventa dias que o Secretário da Comunicação Social não responde, pelo que eu vejo, lembro-me como hoje todos aqueles Parlamentares que lá no passado faziam parte da base de Oposição ao ex-Governador do Estado do Paraná e que questionava os gastos, onde já se viu gastar por ano cem milhões, 150 milhões de reais, e diziam uma frase nesta Casa, e aqueles que lá no passado criticavam, hoje não levantam as suas vozes.

Quero só lembrar uma frase que eles usavam, “que o Governo da época era um Governo virtual”, feito de propaganda, que quando desligava a televisão acabava o Governo. Então agora quero jogar para eles que o Governo que aqui está é um Governo virtual, que na hora que desliga a televisão, acaba o Governo. Cento e quarenta milhões de reais sendo aplicados, investidos e gastos em publicidade. E nós queremos, no mínimo, é saber onde estão sendo gastos, para quem estão indo esses recursos. Mas, do jeito que está, o Governador mudou de opinião. Era para informar à Assembléia em cinco dias, já faz mais de noventa e alguns mais de cem dias que não têm resposta.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Nós aguardaremos esta semana para resposta do requerimento. Segunda-feira entraremos na Justiça. O Secretário vai informar a estes Parlamentares, ou informa à Assembléia Legislativa através de uma ação da Casa, ou informa na Justiça, porque vamos interpelá-lo. Não tem mais como deixarmos isso passar em branco. Ou informa esta Casa como forma de respeito à lei, ou informa na marra, na Justiça!

Queremos saber o nome das agências. Vamos buscar os contratos sociais, vamos saber para onde estão indo esses recursos, até porque é uma obrigação, um dever, senão, daqui a pouco, esse Secretário vai achar que comprou a consciência dos paranaenses também.

Ora! Uma pergunta que faço aqui. O Secretário da Comunicação não informa esta Casa, é acusado por um Secretário de cobrar propina, e infelizmente, Deputado Tadeu Veneri, perdemos o único meio de comunicação que tínhamos com a população, via televisão, o Canal 21.

Quero aqui neste momento fazer um apelo ao Presidente da Assembléia, a única Assembléia Legislativa do Sul do Brasil e do Sudoeste que não tem a TV Assembléia, é nossa, e nada melhor para o exercício do Parlamento e do Parlamentar, do que você ter a comunicação direta com a população.

Sei de quantos pronunciamentos fiz aqui e ao andar nos shoppings de Curitiba ou na rua fui encontrado, fui contestado e cumprimentado, mas a população estava participando da vida do Legislativo paranaense.

Agora sumiu o Canal 21! Quero crer que não é o milagre dos 140 milhões que estão sendo gastos. Mas vamos fazer um apelo aqui para o exercício da democracia de que o Presidente desta Casa agilize, porque o Presidente Hermas Brandão tem um compromisso conosco, tem um compromisso de implantar a TV Assembléia nesta Casa. Hoje é o dia de eu questionar o Presidente.

Primeiro, Sr. Presidente, não é possível que um Secretário não informe os requerimentos aprovados; e segundo, o senhor está devendo a mim e aos Parlamentares desta Casa a implantação da TV Assembléia, porque eu gostaria que os meus eleitores, do Paraná inteiro, vissem o trabalho que estamos executando nesta Casa.

O Sr. Hermas Brandão (PSDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Primeiro, em relação aos requerimentos aprovados. Não tenho o acompanhamento, e não tenho condições de acompanhar se eles são respondidos ou não. A parte interessada, o Deputado que fez o requerimento, se não foi atendido, é só nos participar que com certeza vamos fazer com que se cumpra a lei e que nos responda dentro do prazo legal.

Segundo, questão da TV Assembléia. Estamos hoje já junto com a Mesa Executiva escolhendo os membros que vão participar da Comissão de Licitação. Estou dirigindo inclusive um ofício hoje ao Ministério Público, que eu quero que na licitação participe também um membro indicado pelo Ministério Público do Paraná, e com certeza aí nós teremos a licitação. Eu não teria condições legais de simplesmente contratar uma televisão para cobrir a esta Casa.

Numa gentileza toda especial do Canal 21, estavam nos dando a cobertura, quando foi solicitado o pagamento de 86 mil reais por mês. Esta Casa não tem como pagar sem fazer uma licitação, mas nós escolhemos outro caminho de termos a nossa televisão, que possa cobrir todos os eventos desta Casa, 24 horas por dia. Por isso vamos ter a nossa TV Assembléia com certeza.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço, Sr. Presidente, este esclarecimento, mas gostaria de voltar a falar sobre o Secretário da Comunicação. Eu levei esta questão de ordem a V. Exa., e V. Exa. pediu ao Secretário da Comunicação que tomasse as providências. Ele novamente faltou com o respeito com esta Casa. Por esta razão, têm que ser tomadas as medidas dentro da lei.

Quanto à TV Assembléia é uma necessidade, porque senão, o que eu tenho visto por onde eu tenho andado as pessoas dizendo: “olha, eu ligo aqui em casa a televisão e assisto a TV Assembléia de Santa Catarina. Aonde

que está a do Paraná?” Fica até difícil você explicar, porque acredito e tenho certeza que o Paraná está na frente.

Então, por esta razão estou fazendo este questionamento público, porque é o sentimento dos Parlamentares. Quanto à questão do Secretário, o Secretário é useiro e viseiro. Deputado Praczyk, viu o dia que estivemos no depoimento do Secretário? Ele se contradisse duas vezes, na verdade não falou a verdade em nenhum momento, não tinha provas contra V. Exa., não teve preocupação. Pelo que sentimos ele não levou ao Governador, chegou por terceiros ao Governador, e aí o Governador, como é chegado a bravatas, porque o momento era oportuno, disse: “vou dar tiro no Praczyk, para enlamear a Assembléia e eu posso aparecer no Jornal Nacional, nos jornais de grande importância no Estado do Paraná, para dizer que a Assembléia é igual a todas”.

Na verdade, ele tinha que pedir a V. Exa. desculpas, porque ele mentiu ao Governador, mentiu aos parceiros, faltou com a verdade na Comissão de Ética. Quis questioná-lo, mas para não criar um problema entre os Parlamentares da Comissão, eu me calei. E saí de lá triste. Triste, porque é muito difícil você querer esclarecer um fato e ver que o acusador falta com a verdade e se acha um ser supremo.

Vou encaminhar à Mesa a questão de ordem, os requerimentos que não foram respondidos e deixei a questão do porto de Paranaguá para o dia em que o Deputado Rafael Greca estiver aqui. Ele foi muito enfático quando levantamos que está sendo exigido pela Organização Marítima Internacional a aparelhagem do porto de Paranaguá, por questão de segurança, para embarcar mercadorias para os Estados Unidos. Disse que a Superintendência estava enrolando essa questão. E o Deputado Rafael Greca, talvez pela informação recebida, disse que a licitação já estava resolvida pela metade do preço. Não é verdade! Não é verdade! A licitação está sendo questionada na Justiça, e o mês de setembro é quando encerra o prazo.

Dizem os entendidos em portos, que essa questão do porto de Paranaguá vai prejudicá-lo. Vai, se não forem tomadas medidas urgentes. Mas vai criar problemas para todos os portos brasileiros. Aí, quando os Estados Unidos, através da Organização Internacional Marítima, exigirem essa questão de segurança, vai surgir uma nova onda, um novo movimento para dizer que querem privatizar o porto, federalizar o porto e municipalizar o porto.

Eu, como Deputado de Oposição, só quero que o porto seja administrado com competência. O que não podemos deixar é prevalecer a mentira. A inverdade, dita por muitas vezes, torna-se verdade.

Para quem conhece a situação do porto, esse movimento que o “Porto é nosso”, é maior enganação deste Governo.

Poderíamos formar uma comissão aqui e visitar os portos de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de Santos para ver a felicidade que estão os portos vizinhos. Por quê? Acredito que seja uma bizarrice do Governo! Ele

não cumpre, não faz e tem dinheiro em caixa, só pelo prazer de dizer que não vai fazer. Mas vai prejudicar o porto! E esse papo que o porto é nosso, não existe ninguém contra o porto. Todos nós queremos que o porto seja paranaense.

No dia em que o Governador esteve em Paranaguá teve uma frase lá que marcou muito a sua ida. As pessoas que lá estiveram praticamente foram pagas para ir. Tinha quinhentas, seiscentas pessoas. Se fosse um movimento verdadeiro, tinha cinquenta mil pessoas! Se realmente quisessem tirar o porto da administração do Governo do Paraná e se nós soubéssemos que o porto, hoje fosse um exemplo de administração, não teria quinhentas pessoas, todos aqueles cargos comissionados lá, teria cinquenta mil paranaenses defendendo o porto, mas como era uma enganação, um engodo, nós não fomos lá e nem vamos entrar nessa, porque estão gastando dinheiro público - já pedi informação - para fazer esse encarte “o Porto é nosso!”

Nós já estamos cansados, é o caso Ferreirinha, é o “Porto é nosso!”, é mais não sei o quê, é a PCH que diz que o Paraná é motivo de chacota no Ministério de Minas e Energia. Estamos deixando de investir milhões e milhões de energia da iniciativa privada, gerando emprego, porque se governa no Paraná sem projeto. Não sabemos onde estamos e onde vamos chegar. Só governamos para os microfones e para a mídia, vendemos isso para o povo, e aquele mais desinformado acredita e nós temos obrigação de alertar à população do Paraná que essa enganação não engana a nós.

Lá no porto tinha um dizer muito sincero e eu me somo a essas pessoas que escreveram a faixa ao Governador para recepcioná-lo: O porto é nosso, Governador, mas o irmão é teu!” Então, quero me somar às pessoas que fizeram essa faixa porque foram inteligentes e disseram tudo em poucas palavras.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Eu recebo a Questão de Ordem de V. Exa. e, até em respeito ao Deputado Hermas Brandão, vou repassá-la a ele. Se V. Exa. tivesse encaminhado a Questão de Ordem a esta Presidência que preside a Sessão, eu teria definido na hora.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Queremos destacar e agradecer a comitiva do Município de Cambira, capitaneados pelo nosso Prefeito Binha, que nos prestigiam, nesta tarde, nos visitando.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado, devidamente registrado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, acho que houve um equívoco de V. Exa.

Eu me dirigi a V. Exa., sentei do seu lado e disse que levantaria uma Questão de Ordem. Então, V. Exa. disse que teria que chamar o Presidente Hermas Brandão. Por essa razão, me dirigi ao Presidente Hermas Brandão, mas se eu soubesse que V. Exa. teria a agilidade que V. Exa. disse...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Definiria sem titubear, porque o Regimento deve ser cumprido e era constitucional.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, estarei encaminhando a V. Exa. em tempo real.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vou repassar ao Deputado Hermas Brandão.

Horário das Lideranças:

Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PP se fará uso do seu horário.

(**Declina**)

Consulto o Horário do PDT.

Deputado Barbosa Neto, com a palavra.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós estamos trazendo alguns balanços que são divulgados pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal que contradizem, inclusive, aquele discurso que o Governador Roberto Requião vem insistentemente fazendo aos quatro ventos e nos quatro cantos do Estado do Paraná, porque contra fatos não há argumentos. Contra os números que o Governo diz que o Paraná bate os recordes de geração de emprego, de venda, de crescimento de indústria, nós temos aqui outros dados.

É claro que a imprensa noticia, na maioria das vezes, com algumas raras exceções, aquilo que o Governo do Estado coloca como sendo verdade.

Quero fazer esta contraposição ao discurso oficial. Por exemplo: o volume de vendas do comércio varejista no Estado do Paraná diminuiu 3,33%. Estes dados, do mês de abril deste ano, na comparação com o mesmo mês de abril do ano passado. Em todo o Brasil, para que V. Exas. tenham uma idéia, o aumento foi de 3,40%. O Paraná caiu dez vezes em relação à média nacional e o Governo vem com um discurso de que nós estamos num momento excelente para a economia local.

Só se for para os familiares do Governador Roberto Requião, que estão empregados no primeiro e no segundo escalão!

Esses dados são da pesquisa mensal de comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

E até vemos que no plano federal, na economia, os números são extremamente positivos. É este mesmo Governo Federal que se o Governador Roberto Requião se utilizou para surfar na onda do Lula e se eleger Governador, agora ele contesta, agora ele vira as costas e que apunhala nesse momento.

Em relação à criação de empregos, então? Vamos fazer uma análise fria aqui. A criação de empregos formais no Paraná perdeu o ritmo no primeiro semestre. Segundo o levantamento do CAGED que é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, no período de janeiro a junho deste ano foram criados vinte mil empregos a menos que igual período no ano passado.

Aqui no Governo do Estado do Paraná, a criação de novos empregos vem diminuindo.

Não adianta o Governador querer explicar, falando da desvalorização do dólar, falando aqueles outros discursos que já estamos cansados de saber. São números frios que estamos apresentando na tarde de hoje.

Como explicar esse fraco desempenho? Com a palavra o Governo do Estado. Não se pode vender aqui uma falsa imagem de prosperidade do Estado do Paraná em relação a outros Estados, sendo que na comparação com os nossos irmãos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, temos os piores indicadores sociais principalmente no que tange à educação. E é sempre a educação quem mais paga neste Governo, que privilegia os investimentos na mídia em detrimento dos investimentos para os educadores, para as condições dos professores e de todo o magistério poder exercer a sua função.

Então, não adianta mascarar os dados. Não adianta tentar manipular as informações. Quem tenta fazer isso mente, e a mentira tem pernas curtas. E nós vamos saber, juntamente com o povo do Paraná, escolher o que é melhor nas eleições do ano que vem.

Gostaria também de trazer aqui a minha solidariedade aos que têm a chamada obesidade mórbida. O Hospital Universitário de Londrina foi um dos primeiros hospitais da América Latina a realizar a chamada cirurgia do aparelho digestivo, popularmente conhecida como a cirurgia da redução do estômago.

Isso, há mais ou menos seis anos. Só que nesse momento o Hospital Universitário suspendeu essas cirurgias que beneficiavam em média de quatro a cinco pessoas por mês. Hoje, mais de cem pessoas estão na fila de espera do Hospital Universitário, procurando uma vaga para realizar essas cirurgias. Pessoas que esperam há mais de cinco anos, como alguns casos que tomei conhecimento, com o grupo que fiz questão de visitar. O Hospital Universitário alega falta de leitos, principalmente de leitos de UTI. O que falta, é aquilo que o Deputado Valdir Rossoni colocou, é uma política verdadeira para este governo que vive de bravatas e de pautar-se pela mídia, mas que se esquece dos seus objetivos com um plano delineado. Agora estamos vendo aqui a consequência

dessas pessoas que estão sofrendo na fila, pela espera da cirurgia do aparelho digestivo.

A Promotoria de Defesa dos Direitos Constitucionais, através do promotor Paulo Tavares, está sendo acionada, para garantir o direito dessas pessoas terem acesso a essas cirurgias, pessoas que fizeram todos os exames, que são pré-requisitos, para que sejam realizados esses procedimentos cirúrgicos. Lamentavelmente, o Hospital Universitário, que recentemente correu o risco de ser descredenciado pelo Ministério da Saúde, suspendeu-as.

Não se trata de pessoas que querem apenas a estética, Deputada Arlete Caramês, com esta cirurgia. Trata-se de uma questão de sobrevivência. Não são pessoas que têm a gula como pecado. Não são glutões. São pessoas doentes, como tantas outras, que têm algum tipo de disfunção glandular ou não sei qual a razão específica, mas que precisam urgentemente dessa cirurgia, sob pena de falecimento. É uma questão de necessidade, de inserção social, a volta no Hospital Universitário, do procedimento, das cirurgias do aparelho digestivo.

O Governo do Estado que distribuiu tantas e tantas ambulâncias, para aqueles Deputados que sustentam o Governador Roberto Requião nesta Casa, esqueceu-se de investir lá na base, que são os hospitais, os leitos de UTI que não existem em vários e vários hospitais paranaenses.

Nós gostaríamos de frisar, aqui, que o Governador se vangloria dizendo que vai construir um hospital em Paranaíba, que comprou a Santa Casa de Paranaíba, que está criando novos leitos de UTI em Ponta Grossa, também um hospital em Campo Mourão, esqueceu-se da principal cidade do interior do Paraná, que é Londrina. E o HU, que atende mais de 120 municípios do Norte do Paraná, está sofrendo com tudo isso. Dinheiro para ambulância tem, para UTI e vagas hospitalares, não existe.

Encaminhei na semana passada um requerimento aprovado por esta Casa, para que o Secretário Cláudio Murilo Xavier tome conhecimento desses fatos e faça com que se volte a apurar as pessoas que necessitam da cirurgia do aparelho digestivo. O HU possui tecnologia de ponta, médicos e enfermeiros dos mais capacitados e equipamentos dos maiores. Infelizmente, precisa dos leitos de UTI para atender à população, senão, pessoas como o Sr. Valdir Stelzer, Sra. Tânia Mara S. da Silva, Eliana Moredin M., Carlos Alberto da Silva, Vilma Terezinha Timóteo, Benedita Antônia Bernardo - todos moradores em Londrina e mais a Sra. Roseli Sumbak, que é moradora na cidade de Cambé, poderão padecer a qualquer momento, caso não possa ser normalizada essa situação no Hospital Universitário.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Augustinho Zucchi.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, V. Exa., Deputado Barbosa Neto, obrigado pela compreensão do tempo.

Faço um comunicado, em nome do Deputado José Domingos Scarpellini, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que teve que se ausentar do plenário, porque, juntamente com os Deputados Ademir Bier e Elton Welter, estão se dirigindo a Brasília, com ordem do Sr. Presidente Hermas Brandão, para uma audiência com a Ministra Marina da Silva, para tratar dos assuntos dos ilhéus de Ilha Grande.

Fará uso do Horário da Liderança do PT, o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados.

Estamos acompanhando todos os dias, o que acontece não só em Brasília, mas no Brasil inteiro, e obviamente que algumas reflexões estão sendo feitas e acho que são necessárias neste momento para que possamos socializá-las, inclusive, com os demais Deputados e com a população do Estado do Paraná.

A CPI dos Correios já está no seu segundo mês e levantou uma centena de nomes ou mais, talvez. Diariamente tenho visto nos jornais e revistas, as revistas de final de semana e inclusive algumas com algumas marcas que são absolutamente fora de qualquer possibilidade de vinculação direta, mas que são obviamente intencionais, mas nós devemos respeitar. Mas, o que me chama atenção é que no dia de ontem ouvi uma posição, um princípio, pelo menos, de uma posição pública do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que em um primeiro momento me preocupa, que é justamente quando discutimos o processo de corrupção, o processo de compra ou não de Deputados, o processo de uma empresa que teria recebido recursos para que esses Deputados ou Senadores ou pessoas ligadas a Partidos pudessem se beneficiar desses recursos e aí vem o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e propõe que no próximo período passemos a discutir que as campanhas eleitorais possam ser feitas com os valores sendo abatidos do imposto de renda. Ora, já ouvi muita coisa, mas essa talvez seja uma das que mais me surpreende! E por que digo isso?

Quando nós falamos que não precisamos ter fundo público de campanha, há pessoas que são contrárias e há pessoas favoráveis. Mas, dizer que você pode gastar em uma campanha eleitoral e abater do imposto de renda o que você gastou, no meu entendimento é você legalizar definitivamente o caixa dois, porque, qual empresa que recolhe cem, duzentos milhões de reais não vai querer ter um candidato para “aplicar” vastos recursos naquela candidatura? Como vai ser essa busca de recursos? Vão ter recursos só aqueles candidatos que têm algum contato com essas empresas, e qual será o retorno que esse candidato deverá dar, se eleito, a essas empresas?

Então, situações como essas me chamam a atenção, porque aqui que a CPI deve - e tem buscado fazer

isso - fazer com que todos os envolvidos sejam penalizados, seja partidária, ética e judicialmente, mas que todos venham a responder por seus atos: com a cassação do mandato, quando for necessário; com a expulsão dos Partidos, quando entenderem assim; com todas as responsabilizações que devem haver no plano jurídico e no plano criminal. Agora, o que me chama atenção é que até agora, pelo menos, e acredito que a CPI deva fazer isso, na seqüência, até agora não se buscou saber de onde vêm os recursos, por exemplo, para que as empresas do Sr. Valério pudessem operar da forma como a CPI está demonstrando. Quem colocou recursos dentro das empresas do Sr. Valério?

Certamente que as empresas de comunicação não têm essa soma de recursos sozinhas. E aí fica a pergunta: se nós estivermos fazendo uma CPI que é correta, mas, mais uma vez, para exemplarmente mandar para casa alguns Deputados que porventura, tenham se comportando de forma incorreta, esse é um passo, mas não resolve! Não resolve, porque na CPI dos Anões do Orçamento, já teve alguns que saíram, inclusive alguns conhecidos, como era o Deputado do Rio Grande do Sul, que chegou a presidir o Congresso Nacional, outros menos conhecidos, alguns que voltaram agora - o Deputado Fiuza voltou agora e é novamente Deputado, perdeu seus direitos, mas retornou - outros que renunciaram.

Nesse meio tempo, vimos outras situações semelhantes, já estamos vendo agora, quando o Deputado Valdemar Costa Neto renuncia o seu mandato e nenhum problema acontece. Agora, o que me preocupa é que se não houver uma forma de pegarmos os corruptores, não tenhamos dúvidas que é uma questão de tempo para termos outra CPI buscando saber de quem vêm os recursos para se fazer essa ou aquela operação ilegal, ilícita dentro do Congresso Nacional, dentro das Assembléias, dentro das Câmaras.

Então, tão importante quanto nós sabermos quem são aqueles que se deixam corromper, é importante sabermos, Deputada Elza, quem são os corruptores. Fico me perguntando se é importante para um Governo aprovar uma reforma da Previdência. Não será importante também para os bancos que ficam, em um determinado momento, sendo beneficiados com bilhões de reais que passam a ser comprados da previdência privada? Se é importante para o Governo fazer a privatização das teles ou das elétricas, também não será importante para as empresas de telefonia ou de eletricidade que direta ou indiretamente se beneficiam também desse processo?

Então, hoje faço uso da tribuna, aqui, no horário do meu partido, justamente porque acredito que esta Assembléia também pode contribuir com esse processo. E quando digo contribuir com esse processo é porque vivemos um regime presidencialista. Mas um regime presidencialista que precisa da maioria é um regime presidencialista de coalisção. E essa maioria é buscada muitas vezes de forma que não a correta, que não é pelo

convencimento, que é por maneiras que todos nós aqui, acredito eu, condenamos.

Não basta condenarmos; é preciso que nós avancemos, é preciso que nós dotemos o Congresso e a população brasileira, inclusive, de condições democráticas de poder participar mais da vida nacional. Nesse sentido, o professor Fábio Comparato mandou um projeto para o Congresso Nacional que prevê a adoção, definitivamente, da regulamentação do plebiscito e da consulta. Esses, sim, são elementos e instrumentos para que a nossa população possa, e o Congresso, as Câmaras e as Assembléias possam fazer valer a vontade da maioria e também da minoria, porque no projeto do professor Comparato basta um terço dos Deputados assinar, que teremos a figura do plebiscito ou a figura da consulta sendo exercida pela maioria da população. E aí não são vinte, trinta, cinquenta Deputados, ou cem, ou trezentos, ou quatrocentos que decidem porque têm mandato delegado para isso, mas nos casos polêmicos a população do País, do Estado e da cidade, que vai decidir. E muitas vezes essa decisão pode não ser aquela que seria tomada dentro daquele espaço.

E, por último, antes de conceder um aparte à Deputada Elza Correia, gostaria também de registrar que me parece uma coincidência, Deputados, mas que infelizmente não é, que pelo menos uma das pessoas que nós da CPI, aqui da COPEL, da qual eu participei da sub-relatoria da COPEL, pelo menos uma pessoa que esteve envolvida também está sendo investigada, e não é Parlamentar, na CPI dos Correios. O que não é coincidência, é um fato que repete aquilo que já aconteceu anos atrás, que se repetiu aqui, Deputado Marcos Isfer, na CPI da COPEL e que está se repetindo agora na CPI dos Correios, ou seja, os corruptores continuam agindo livre e impunemente. E se a esses corruptores não houver nenhuma medida, em breve veremos mais um triste capítulo de uma outra CPI, com outros personagens, mas com os seus mentores, não da CPI, mas da corrupção, sendo normalmente os mesmos.

Concedo um aparte à Deputada Elza Correia.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Obrigada!

Deputado, na verdade quando o senhor coloca esta insatisfação com relação que não resolve a situação a CPI, de qualquer maneira sei que o senhor também há de convir que até em função do controle social que está melhorando, a construção da democracia é uma coisa lenta, demorada, estamos ainda numa democracia anã, todos nós sabemos.

De qualquer forma entendo que, apesar das leis brandas em relação a "houve caixa 2, houve excessos, mas aí há uma correção, pode haver uma correção e tudo bem, como se nada tivesse acontecido".

Há que se pensar em leis mais severas, em punições maiores, mas de qualquer maneira tenho cá comigo, isso que nos mantém em pé, Deputado Tadeu Veneri,

realmente, em algum momento neste País nós vamos ver as coisas acontecendo e não acabar em pizza, como estamos acostumados a ver, casos como Delúbio, Roberto Jefferson e Marcos Valério, esses nomes, essas figuras, entre outras tantas da vida pública e política brasileira, ficaram carimbadas. Esperamos que não é só a CPI que vai resolver isso. Acho que a própria população, com o trabalho que vamos fazendo, através do controle social, através do voto, através do exercício da democracia, poderá reverter esse quadro.

De qualquer maneira é um momento lamentável, mas, por outro lado, é um grande momento da vida brasileira.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Sr. Presidente, só dois segundos para uma colocação. A declaração da autoridade judiciária é das mais estapafúrdias possível e fora da sintonia com a realidade, até porque além de favorecer o caixa 2 que estamos querendo combater, estamos fortalecendo!

Outra questão, Sr. Presidente, é que está distribuindo do imposto de renda, que faz parte do fundo que constitui a divisão institucional dos Municípios e Estados.

Então, mais uma vez, os Estados e Municípios sairão perdendo com a proposta estapafúrdia apresentada pelo Ministro.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, gostaria, só para encerrar, de lembrar que este é um debate que acho que vamos poder fazer muito, independente da CPI, que é necessária, que é um instrumento, mas que além das CPI's possamos ter também medidas eficazes e eficientes para que não precisemos mais viver dias constrangedores como estes.

Obrigado, Sr. Presidente, pela sua benevolência.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, pedi a aquiescência de V. Exa. que está sendo condescendente na tarde de hoje, apenas para um breve comentário.

Gostaria de ter pedido um aparte para o Deputado Tadeu Veneri, mas infelizmente não foi possível, e dizer aqui da coerência que o nosso grande líder, Leonel de Moura Brizola demonstrou, já que em 12 de fevereiro de 2003, num de seus tijolaços, ele já denunciava o que seria uma espécie de mensalinho.

Por isso chegou a romper com o Presidente eleito...

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não posso dar Pela Ordem para um Deputado enquanto outro está Pela Ordem. Estou escutando Pela Ordem do Deputado Barbosa e depois passo para o senhor.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

É exatamente porque não é questão de ordem, Sr. Presidente. Se for assim, quero também me inscrever para falar fora do horário.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, concluo, dentro daquilo que estávamos colocando, mas mostrar que o PDT teve a coerência de se afastar do Governo e deixar os cargos, coisa que outros partidos da base aliada não tiveram, inclusive detendo cargos importantes.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, pedi questão de ordem. Se o senhor concedeu para o Deputado José Maria e só porque o Deputado é do seu Partido, não pode ter este privilégio.

Não é do seu feitio fazer esta concessão e fez...

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Ele fez esta concessão a outros Deputados e inclusive quero fazer aqui uma defesa do Partido dos Trabalhadores.

V. Exa. se apressou, porque não podemos generalizar, temos grandes membros que estão hoje no Partido dos Trabalhadores e temos que ter a certeza que nem todos eles estão nessa vala comum que querem colocar, como o grande Plínio de Arruda Sampaio, que aqui esteve na semana passada...

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Como Tarso Genro, se é para ir para o debate.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

...e tantos outros casos.

V. Exa. é mal educado, mais uma vez.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Vou ser sim, Deputado!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Pela terceira vez!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)
(Faz soar os tímpanos)**

Consulto V. Exa., Deputado Stica, se gostaria de fazer uso da palavra, para ser imparcial.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

O Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente, faz a defesa quando achar que deve, usa da tribuna quando achar que deve e tem nos seus quadros as pessoas mais preparadas para dirigir este País.

Portanto, agradeço ao Deputado Barbosa Neto, mas fazemos a nossa defesa. Temos erros, sim, mas vamos acertar e mostrar à população que este Partido, o partido da esperança, vai continuar sendo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Stica, gostaria de dizer, em nome da Presidência, porque a Presidência não é o Deputado, é quem está aqui.

V. Exa. já ocupou este cargo aqui. Dizer o seguinte: jamais privilegiei este ou aquele Deputado, por ser do Partido ou quem quer que seja. Apenas e tão somente eu fui condescendente, para usar as palavras do Deputado Barbosa Neto, com o Deputado José Maria, depois do encerramento do tempo do Deputado Tadeu e aí, ouvi-lo como fiz com V. Exa. da mesma forma.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PL)

Sr. Presidente, queria fazer um questionamento. Pelo novo Regimento, o meu Partido só terá horário no dia de amanhã. Gostaria de saber se poderia antecipar o horário que usaríamos no dia de amanhã, utilizá-lo hoje.

Serei sucinto.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Já passou o Horário das Lideranças. Estou no Horário da Liderança do Governo, até porque o Presidente me fala para que possamos ser um pouco mais rápidos, porque teremos uma Sessão Solene às cinco horas.

O SR. EDSON PRACZYK (PL)

Ok. O senhor permitiria eu fazer o registro de um requerimento que eu protocolei na quarta-feira passada?

(Assentimento)

Dar ciência aos nobres Pares que, na quarta-feira, pelo fato de a Sessão ter sido suspensa devido à turma de manifestantes na ocasião, eu iria me pronunciar, oficializando o encaminhamento que protocolei naquela data à Mesa Executiva, sobre a solicitação de se cumprir o disposto no artigo 232 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, sobre um ofício do Ministro Barros Monteiro, do Superior Tribunal de Justiça, a fim de ser instruído o processo para autorização de instauração de processo criminal contra o Governador do Paraná, Sr. Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Airton Pissetti, e faço também a menção de considerar o disposto no artigo 89 da Constituição do Estado do Paraná.

Era isso o que eu tinha para registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo ao questionamento de V. Exa., quero esclarecer que amanhã estará a solicitação do Ministro, na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PL)

Muito obrigado.

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 43 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando que seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Ofício nº 001114/2005, do Ministro Barros Monteiro, do Superior Tribunal de Justiça - STJ, a fim de que seja instruído o processo para autorização de instauração de processo criminal contra o Governador do Paraná e do Secretário de Estado da Comunicação Social, conforme dispõe o artigo 232 do Regimento Interno desta Casa. **Recebido. Encaminha-se à CCJ para providências. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 313/2005, subscrito pela Sra. Mônica de Araújo Freitas, Chefe do Cerimonial - Presidência do Senado Federal, constante do expediente, informando a transferência de data do Seminário Acessibilidade em Debate para a segurança da quinzena de outubro do corrente ano, em data e hora que serão comunicadas oportunamente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Questão de Ordem, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando informações através de requerimento aprovado em 27 de abril de 2005, e retirado em 13 de julho último, dirigido ao Secretário de Estado da Comunicação Social. **À Presidência, para medidas cabíveis.**

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Quero fazer mais um apelo aos Srs. Parlamentares, que logo após o encerramento desta Sessão, teremos uma Sessão Solene de outorga de título de Cidadania Honorária do Paraná, ao jornalista Mussa José Assis, por proposição do Deputado Carlos Simões.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Lembrar que logo em seguida da Sessão Solene teremos aqui o lançamento do Projeto Ecológico.

Todos estão convidados também para o coquetel.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Reciclar o Meio Ambiente agradece Castro, por proposição do nobre Deputado André Vargas.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só para esclarecer à Assembléia que o Deputado Rossoni fez umas considerações provocativas ali na tribuna sobre os documentos da licitação do porto, que é a terceira licitação do Sistema de Segurança - ISPS-CONTE.

Houve 135 questionamentos entre as nove concorrentes. Elas tiveram sessenta dias para responder e divulgaram o resultado na semana passada, homologado pelo Governador, mas ainda está em prazo para recurso.

Portanto, eu não vou trazer a documentação antes que expire o prazo para recurso, para que não se anule a licitação só para satisfazer um capricho do Deputado Rossoni. Ele vai ter que acreditar na minha palavra por mais dois dias. Então, trarei a documentação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o compromisso de V. Exa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que instiui o Programa de Prevenção e Controle do Diabetes, através de diagnóstico precoce, nas crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CECECT E CSP. COM EMENDAS DA CCJ E CECECT.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emendas - Aprovadas.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que trata do aproveitamento dos policiais civil e militares aposentados. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Sertaneja, com sede e foro no Município de Sertaneja - APMI. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade a Associação Comunitária do Bairro do Mercado - ACBAN, com sede no Município de Corumbataí do Sul e foro na Comarca de Barbosa Ferraz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade de bebedouros e sanitários nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação Projeto Não Violência Brasil -

APNVB, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Rural do Centro Oeste do Paraná de Laranjeiras do Sul, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o Programa de Atendimento à Crianças e Adolescentes - “Sim à Vida, Não às Drogas”, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/2004, de 22/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 434/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes, objetiva instituir o programa de atendimento a criança e adolescentes “Sim à Vida, Não às Drogas”.

A Comissão de Constituição e Justiça, com a preocupação de se estabelecer a competência legislativa da matéria, entende que o projeto de lei deverá ter caráter autorizatório, pois a proposição cria despesas aos cofres do Estado. A matéria, também, já está contemplada na Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 434/2004, na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 13.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 434/2004

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Dependentes de Drogas (“Sim à Vida, Não às Drogas”), conforme disposto no artigo 101, inciso VI, da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 2º O Programa Estadual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Dependentes de Drogas (“Sim à Vida, Não às Drogas”) abrange internação emergencial, para casos agudos de overdose e síndrome de abstinência, tratamento ambulatorial, orientação e apoio psicológico às famílias e ações de prevenção.

Art. 3º O Programa Estadual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Dependentes de Drogas (“Sim à Vida, Não às Drogas”) será realizada em conformidade com as diretrizes gerais definidas pelos Conselhos Estaduais que tratam dos Direitos da Criança e do Adolescente, e vinculado a órgão estadual responsável pela saúde que desenvolverá, através de uma equipe interdisciplinar formada por médicos, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e advogados, seus trabalhos.

Art. 4º O Programa Estadual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Dependentes de Drogas (“Sim à Vida, Não às Drogas”) obedece aos preceitos de descentralização administrativa, e será realizado em conjunto com os municípios interessados.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 434/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes, pretende instituir o programa de atendimento às crianças e adolescentes dependentes de drogas “Sim à Vida, Não às Drogas”.

Em manifestação a Comissão de Constituição e Justiça, através de substitutivo, opinou pela constitucionalidade de projeto e pela sua regular tramitação.

Sob a ótica da Comissão de Saúde Pública, após nossa designação para relatar o mencionado projeto, temos a considerar que a questão do consumo de drogas entre crianças e adolescentes vem assumindo proporções alarmantes, sendo um verdadeiro flagelo dos dias atuais.

Para o enfrentamento da questão não bastam intervenções esparsas dos entes públicos, mas sim, políticas consistentes que contemplem a otimização da rede pública de saúde, a criação de programas de atendimento e a organização, em rede, dos serviços de tratamento e prevenção psicológica e física e também a participação da comunidade.

O programa proposto pelo nobre Deputado, dá tratamento adequado à questão.

Pelo exposto, somos pela regular tramitação do presente projeto de lei, na forma da emenda substitutiva geral, proposta pela CCJ.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que torna obrigatória a atenção a procedimentos que viabilizam a segurança do profissional e da empresa prestadora de serviços, quanto à emissão de receituários e carimbos médicos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2005, de 05/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 162/2005

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 162/2005, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Luiz Accorsi, tem por escopo tornar obrigatória a atenção a procedimentos que viabilizam a segurança do profissional e da empresa prestadora de serviços, quanto à emissão de receituários e carimbos médicos.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto busca um maior controle para a emissão de receituários e carimbos médicos, fazendo desta forma que exista maior credibilidade e segurança ao caso concreto, demonstrando que no mérito a idéia é louvável, diante do que resta-nos apreciar a constitucionalidade, a legalidade e a técnica legislativa, e sob a ótica da Constituição Federal apura-se que:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Vislumbra-se a intenção do legislador federal em deixar ao Estado as questões voltadas à saúde pública, e nesta esteira segue a Constituição Estadual, conforme depreende-se:

Art. 168. As nações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e

controle, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, através de serviços de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Diante do exposto, não se observa norma hierarquicamente superior ou conflitante, ficando evidente assim, que o projeto de lei atende perfeitamente aos princípios constitucionais estabelecidos pelo Poder Constituinte.

Da Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresente parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 162/2005, por não encontrar nenhum vício de origem nem qualquer embaraço jurídico impeditivo quanto à constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 162/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 162/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, torna obrigatória a atenção a procedimentos que viabilizam a segurança do profissional e da empresa prestadora de serviços, quanto à emissão de receituários e carimbos médicos.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O objetivo da proposição é disciplinar a emissão de receituário e de carimbos médicos, evitando que pessoas sem a devida qualificação profissional possam usar desses expedientes para lograr pessoas de boa-fé.

A matéria é meritória e merece o acolhimento da Assembléia Legislativa.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 162/2005.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que revoga os parágrafos 1º e 2º do artigo 61, da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, que criou o Parana Previdência. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **(Publ. no DA nº 028, de 18/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 195/2005

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 195/2005, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Luiz Accorsi, revoga os

parágrafos 1º e 2º do artigo 61, da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, que criou o Parana Previdência.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto busca revogar os parágrafos 1º e 2º do artigo 61 da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, que criou o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná e transformou o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná (IPE) em serviço social autônomo, denominado Parana Previdência. A iniciativa tem por finalidade manter o pagamento da cota de pensão ao dependente que vem a se casar ou manter uma relação estável. Com a lei atual, o casamento é um dos motivos da cessação desse pagamento.

Quanto à competência para legislar:

A Constituição Estadual traz em seu bojo o seguinte:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Além disso, a alteração de uma lei estadual é constitucionalmente possível por lei de mesma hierarquia, no caso, outra lei estadual.

Desta forma, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, não há qualquer impedimento para o devido prosseguimento do projeto em análise.

Da Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 195/2005, por não encontrar vício de competência quanto à iniciativa nem tampouco qualquer embaraço jurídico impeditivo.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 195/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 195/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, revoga os parágrafos 1º e 2º do artigo 61, da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, que criou o Parana Previdência. O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal e constitucional e visa alterar a lei que rege o Parana Previdência para que o pensionista não perca a pensão, no caso de constituir união estável.

Tendo em vista o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e a impossibilidade de se auferir os reais custos de execução da lei para o Estado, entende-

mos que o projeto deve receber parecer favorável desta douta Comissão.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2217, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 195/2005.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 339/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari que declara de Utilidade Pública a Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste - ARCOV, com sede e foro no Município de Ouro Verde do Oeste, Comarca de Toledo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 053/2005, de 01/06/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 339/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública a Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste - ARCOV, com sede e foro no Município de Ouro Verde do Oeste.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 20.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 339/2005

Art. 1º Fica declarada de utilidade Pública a Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste - ARCOV, com sede no Município de Ouro Verde do Oeste, e foro no Município de Toledo-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal, com sede e foro no Município de Laranjal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2005, de 13/06/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 376/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Artagão Júnior, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal, com sede e foro no Município de Laranjal.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 376/2005

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal, com sede no Município de Laranjal e foro no Município de Palmital-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Delegado Bradock.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Bovinocultores de Leite - CLEVELEITE, com sede e foro no Município de Cleve-
lândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Apro-
vado. (Publ. no DA nº 061/2005, de 15/06/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 387/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Antonio Anibelli, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Bovinocultores de Leite -

CLEVELEITE, com sede e foro no Município de Cleve-
lândia-PR.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/2003, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza a realização de plebiscito nos Municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul, para que a população decida sobre a transferência territorial da localidade de Bairro de São João Batista. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 082/2003, de 14/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/2003

P A R E C E R :

O projeto de resolução em epígrafe, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, tem por objetivo autorizar a realização de plebiscito nos Municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul, para que a população decida sobre a transferência da localidade denominada "Bairro São João Batista" do Município de Almirante Tamandaré para o Município de Rio Branco do Sul.

O ilustre Parlamentar justifica seu pleito, por estar o referido bairro sendo atendido tanto no aspecto dos investimentos sociais (saúde, educação, assistência social) como estrutural (rede viária, saneamento) pelo Município de Rio Branco do Sul, além da própria população do Bairro São João Batista, referir-se àquela localidade como pertencente a este Município.

Entretanto, o Bairro São João Batista está circunscrito no limite territorial do Município de Almirante Tamandaré, muito embora não haja, historicamente, a adoção deste limite legal entre os municípios em questão.

Relatório sobre os limites dos municípios em questão, elaborado pelo Coordenador do Arquivo Gráfico Municipal do Estado do Paraná, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, anexo a estes autos, ratifica os fundamentos que motivaram a presente proposta.

Plenamente justificada a preocupação do Parlamentar em dirimir quaisquer dúvidas mediante a consulta popular, conforme prevê o artigo 18, parágrafo 4º da Constituição Federal, o artigo 7º da Lei Complementar Estadual nº 56/91, e a Lei Federal nº 9.709/98.

Ante o exposto e considerando a adequação do projeto às disposições constitucionais, legais e regimen-

tais sobre a matéria e Comissão de Constituição e Justiça emite parecer favorável ao presente projeto de resolução.

Sala das Comissões, em 04.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

RELATÓRIO SOBRE OS LIMITES DOS MUNICÍPIOS RIO BRANCO DO SUL E ALMIRANTE TAMANDARÉ

I - Caracterização das divisas legais

As divisas entre os Municípios de Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré constam na Lei nº 790 de 14.11.1951, publicada no Diário Oficial nº 208 de 16.11.1951. Segundo essa lei, a divisa é: “Da Foz do afluente citado (afluente do rio Morro Grande) sobe pelo rio Morro Grande até a sua cabeceira mais próxima do morro da Tranqueira, seguindo pela cumieira da Serra da Betara até as cabeceiras do arroio Olho d’água, descendo por este até sua foz no rio Tacaniça e por este até sua foz no rio Acungui”.

II - Do problema de limite

Embora a Lei nº 790/51 tenha definido onde é a divisa dos municípios, essa divisa historicamente não foi adotada pelos mesmos. Na prática existe uma outra, que há décadas tem sido respeitada como limite, tanto por parte das duas unidades administrativas, quanto por parte da população local.

Essa divisa, ao invés de ser pela Serra da Betara, seria mais ao sul, fazendo com o que o Município de Rio Branco administre parte da área territorial de Almirante Tamandaré. Com resultado, o Município de Rio Branco do Sul tem pleiteado a alteração do limite legal, visto que faz diversos investimentos na área.

De fato, ao realizar trabalho de campo para verificar os argumentos apresentados por esse município, constatamos que todo investimento social (saúde, educação, assistência social), estruturais (rede viária, saneamento), é realizado pelo Município de Rio Branco do Sul. Constatou-se ainda que os loteamentos, registros e pagamentos de impostos são feitos, igualmente, para o Município de Rio Branco do Sul, além da população local afirmar que reside nesse município.

Anexo, segue cópia da base cartográfica (carta Rio Branco do Sul, Mi 2842-1, escala 1:50.000), onde encontra-se assinalado um traçado aproximado da área em questão.

III - Conclusão

Haja vista a divergência existente entre o limite legal e o limite existente de fato, que inúmeros transtornos tem causado à administração pública e, sobretudo à população local, é necessário um entendimento entre os dois municípios com vistas a um acordo sobre seus reais limites. Nesse acordo, devidamente aprovado pelos Poderes Executivo e Legislativo dos dois municípios e validado pelo Estado, através do órgão técnico oficial (SEMA) e pela União (IBGE), constaria um novo memo-

rial descritivo que melhor refletisse a situação real das divisas.

Sendo o que tínhamos a relatar.

ADILAR ANTONIO CIABLINI

Geógrafo - CREA 54900/D

Coordenador do Arquivo Gráfico Municipal do Estado do Paraná

Requerimentos

O SR. PRESIDNETE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2186 a 2190, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2193, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 2194 e 2213, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2195, 2228 e 2229, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2196 e 2198, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2197, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2199, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2204 e 2205, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2207 e 2208, de autoria da Deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2218, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2220 e 2221, de autoria da Deputada Cida Borghetti e dos Deputados Duílio Genari, Cesar Seleme e Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2222 e 2223, de autoria do Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2229-A, 2230 a 2232, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2234, de autoria do Deputado Elio Rusch, com apoio do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2239, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

Levanta-se a Sessão.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 054, 113/2003; 007, 021, 024, 029, 030/2004; 024 e 031/2005.

XOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOX